

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WILLYAN HARYS GODOI

**FEUDALIDADE DOS MODOS DE PRODUÇÃO DA COLONIZAÇÃO A
DESINTEGRAÇÃO DO ESCRAVISMO NO BRASIL:**
um resgate do pensamento de Nelson Werneck Sodré

Florianópolis

2021

Willyan Harys Godoi

**FEUDALIDADE DOS MODOS DE PRODUÇÃO DA COLONIZAÇÃO A
DESINTEGRAÇÃO DO ESCRAVISMO NO BRASIL:**
um resgate do pensamento de Nelson Werneck Sodré

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Godoi, Willyan Harys

Feudalidade dos modos de produção da colonização a
desintegração do escravismo no Brasil : um resgate do
pensamento de Nelson Werneck Sodré / Willyan Harys Godoi
; orientador, Valdir Alvim Silva, 2021.
74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Modos de produção. 3. Servidão
e escravidão. 4. Feudalismo. 5. Colonização. I. Silva,
Valdir Alvim. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Willyan Harys Godoi

**FEUDALIDADE DOS MODOS DE PRODUÇÃO DA COLONIZAÇÃO A
DESINTEGRAÇÃO DO ESCRAVISMO NO BRASIL:**

um resgate do pensamento de Nelson Werneck Sodré

Local, 12 de maio de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Márcio Moraes Rutkoski, Msc.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Felipe Deveza, Dr.

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que
foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e
pelos demais membros da banca examinadora.

Dr. Valdir Alvim da Silva

Orientador

Florianópolis, 2021.

Dedicado às minhas bisavós Isaura e Daltiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente meus pais, Cátia e Toni, que trabalham muito e se dedicaram fortemente, mesmo em meio a tantas dificuldades, para que eu e meu irmão pudéssemos ter a dignidade de ter o acesso adequado à educação básica, pública e de qualidade, procurando sempre as melhores escolas possíveis, estando sempre presente, dando-nos estrutura e atenção. Sem eles não teria adentrado à universidade e sem esse apoio não concluiria os estudos. Agradeço meu querido irmão, Toni Júnior, que esteve sempre junto a mim nos momentos bons e difíceis, das clássicas partidas de xadrez, aos estudos e debates, sem ele certamente eu não estaria vencendo essa etapa.

Agradeço aos companheiros e companheiras de militância que compartilhei diversas lutas todos esses anos no CALE e DCE, e aprendi, principalmente com os veteranos do CALE, a necessidade da organização dos estudantes. No Movimento Passe Livre aprendi que o movimento de massas é essencial e que a universidade fechada em si mesma não resolverá muitas questões. No Coletivo Negro do PCB e aliados, em que pese as divergências, me ajudaram a aprender sobre marxismo e a luta política organizada. A partir dessas experiências e com a participação efetiva de todas e todos, compartilhadas, com certeza contribuiu para o que sou hoje. A luta pela liberdade do nosso povo sempre vale a pena.

As amigadas que construí esses anos, principalmente com Thiago, Ruan, Amadeu e a Paula, amigos que sempre pude contar e me apoiaram até a conclusão do curso.

Agradeço a todos os professores do CNM comprometidos com a constante luta política por um ensino de qualidade, contra a “vulgarização” do curso de Economia, principalmente ao prof. Valdir Alvim por ser o primeiro a me fazer entender a economia com a dinâmica das categorias na materialidade da história, além das teorizações abstratas e liberais. Ao prof. José Martins por apresentar o marxismo com a importância da produção material e das relações políticas internacionais, ao Prof. Nildo Ouriques pelo pensamento e estudo crítico, e com o prof. Lauro Mattei aprendi a necessidade de me debruçar veementemente ao estudo da economia com rigor científico.

Por último e não menos importante, agradeço ao Jornal *A Nova Democracia* e seus redatores, Jornal independente de partido político, que nutre a população com as notícias da luta de classe no Brasil e no mundo, dos desafios enfrentados pelos trabalhadores do campo e da cidade. Foi a partir deste que me aproximei da obra do Nelson Werneck Sodré, que me fez ampliar a visão de mundo e reviver meu espírito crítico e revolucionário.

*“A única luta que se perde é
aquela que se abandona.”*

(Carlos Marighella)

RESUMO

A fim de recuperar a perspectiva de Nelson Werneck Sodré como grande estudioso da realidade brasileira, aborda-se como objeto sua compreensão a respeito da feudalidade nos modos de produção, do início da colonização à desintegração do escravismo. A problemática do debate envolve a formação dos modos de produção no período colonial brasileiro, aflorado de divergências políticas e concepções teóricas, gerando conclusões muito diversas. A pesquisa historiográfica teve como objetivos analisar a centralidade teórica dos conceitos de modo de produção a partir da concepção de Marx, no contexto de uma economia de caráter colonial; verificar no modo de produção escravista a dominância compatível com a produção voltada para exportação; observar os modos de produção secundários, suas características quanto a incompatibilidade com as formas do trabalho escravo, interdependência nas relações de trabalho, ausência regular de trocas de excedentes ou trocas reduzidas com excedente de produção em algumas, apropriação de trabalho e monopólio na propriedade da terra. Por fim, demonstra-se que a desintegração do modo escravista foi incompatível com uma transição do modo de produção de forma direta para condições de trabalhador “livre”, pois negado ao escravizado a condição à propriedade da terra e sua integração à condição do trabalho assalariado – assim sendo direcionado à regimes de servidão.

Palavras-chave: Modos de produção. Servidão. Escravidão. Abolição da escravidão. feudalismo e colonização.

ABSTRACT

In order to recover the perspective of Nelson Werneck Sodré as a great scholar of the Brazilian reality, his understanding of feudality in the modes of production, from the beginning of colonization to the disintegration of slavery, is addressed as an object. The problem of the debate involves the formation of modes of production in the Brazilian colonial period, adhering to political divergences and theoretical conceptions, generating very diverse conclusions. The historiographical research aimed to analyze the theoretical centrality of the concepts of production mode from the conception of Marx, in the context of an economy of colonial character; to verify in slave production mode the dominance compatible with export-oriented production; observe secondary production modes, their characteristics regarding incompatibility with forms of slave labor, interdependence in labor relations, regular absence of surplus exchanges or reduced exchanges with surplus production in some, appropriation of labor and monopoly on land ownership. Finally, it is demonstrated that the disintegration of the slave mode was incompatible with a transition from the mode of production directly to conditions of "free" worker, since the enslaved is denied the condition to land ownership and its integration into the condition of wage labor – thus being directed to servitude regimes.

Keywords: Production modes. Bondage. Slavery. Abolition of slavery. feudalism and colonization.

RESUMEN

Con el fin de recuperar la perspectiva de Nelson Werneck Sodré como un gran erudito de la realidad brasileña, su comprensión de la feudalidad en los modos de producción, desde el comienzo de la colonización hasta la desintegración de la esclavitud, se aborda como un objeto. El problema del debate implica la formación de modos de producción en el período colonial brasileño, adhiriéndose a divergencias políticas y concepciones teóricas, generando conclusiones muy diversas. La investigación historiográfica tenía como objetivo analizar la centralidad teórica de los conceptos del modo de producción desde la concepción de Marx, en el contexto de una economía de carácter colonial; comprobar en modo de producción esclava el dominio compatible con la producción orientada a la exportación; observar los modos secundarios de producción, sus características relativas a la incompatibilidad con las formas de mano de obra esclava, interdependencia en las relaciones laborales, ausencia regular de intercambios excedentes o intercambios reducidos con producción excedente en algunos, la apropiación de mano de obra y monopolio sobre la propiedad de la tierra. Por último, se demuestra que la desintegración del modo esclavo era incompatible con una transición del modo de producción directamente a las condiciones de los trabajadores "libres", ya que a los esclavizados se les niega la condición de propiedad de la tierra y su integración en la condición de mano de obra asalariada, por lo que se dirige a regímenes de servidumbre.

Palabras clave: Modos de producción. Esclavitud. Abolición de la esclavitud. feudalismo y colonización.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IC - Internacional Comunista

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PCB - Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA E PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	17
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 METODOLOGIA DO PLANO DA EXPOSIÇÃO	20
2. A HISTORICIDADE PERDIDA DE NELSON WERNECK SODRÉ	22
3. A FORMAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA EM MARX	26
3.1 COEXISTENCIA DE MODOS DE PRODUÇÃO DISTINTOS	31
4. MODOS DE PRODUÇÃO NO PERÍODO COLONIAL	34
4.1 CAPITALISMO VS FEUDALISMO TRANSPLANTADO	34
4.2 PREDOMIÂNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA.....	39
4.3 MODOS DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIOS.....	42
4.3.1 Vicentinos e missionários	42
4.3.2 Pastoreio sertanejo	44
4.3.3 Maranhão e Amazônia	45
4.3.4 Expansão aurífera.....	47
4.3.4.1 O ouro subvenciona o capitalismo Inglês	48
4.3.5 Pastoreio Sulino	50
5. CARACTERIZAÇÃO COLONIAL E INDEPÊNDENCIA	51
6. A DESINTEGRAÇÃO DO ESCRAVISMO E A SERVIDÃO	57
6.1 OS CAFEZAIS	57
6.2 A FARSA DO TRABALHADOR “LIVRE”	58
6.3 SERVIDÃO E LEGALIDADE ESCRAVISTA	61
6.4 SERVIDÃO DURANTE E DEPOIS DA ESCRAVIDÃO	64
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	73

1. INTRODUÇÃO

As evidências para identificação da feudalidade na formação de modos de produção são vastas, principalmente quando se trata da desintegração do escravismo. Estas evidências serão abordadas como problemática de semântica respondida em outros tempos na perspectiva histórica brasileira ou como uma “semântica de má-fé”, ambas exploradas a partir das críticas na obra e pensamento de Nelson Werneck Sodré. Os temas abordados relativos às relações de produção permitem focar no latifundiário e sua capacidade de extrair rendas pré-capitalistas da terra, e tem como fundamento o latifúndio e dependência pessoal do trabalhador nos regimes de colonato, parceria e demais formas de produção baseada na não-troca de trabalho vivo por salário, conforme abordado por Moraes (2006).

A feudalidade em modos de produção certamente não está circunscrita a todo o complexo social como única estrutura medieval que se cria no ocidente europeu nos alerta Figueiredo (2005). Para compreender as características da feudalidade inerente à formação dos modos de produção, é necessário ter em conta as categorias analíticas de renda-produto, renda-dinheiro e a renda-trabalho como formas de exploração de mais-trabalho, compreendidas sob o regime de servidão e as características do feudalismo - expressas na renda da terra e oriundas da supremacia do monopólio latifundiário.

Nesse sentido do trabalho na pesquisa, observou os elementos da apropriação do mais-trabalho no Brasil a partir das experiências religiosas missionárias tanto em áreas paulistas e regiões do Norte como no Maranhão e na Amazônia, configurando assim renda-trabalho e renda produto, quando as formas de pagamento eram realizadas em parte com a própria produção. Nas áreas nordestinas o poderio secular do latifundiário é originário da colonização e foi onde se identificou ser a propriedade da terra a fonte de poder extraeconômico, além da apropriação do trabalho a partir da renda-produto - nos pagamentos de “quarta das crias”.

Por sua vez, observou-se na desintegração do escravismo que relações de trabalho não assalariadas estavam configuradas nos tipos servis, como nos agregados e moradores de condição, no sistema de barracão, servidão por dívida – colonos, engenhos, produção borracha; sistema de meação, sistema de parceria, sistema do colonato e além disso, nos próprios assalariados dos cafezais, em que se verificou exploração do tipo feudal.

Longe de trazer todas as relações de produção que caracterizam a época estudada, de toda forma a pesquisa busca avanço e ressignificados do conceito de feudalidade, para melhor

compreender o funcionamento das estruturas dos modos de produção evidenciados da colonização à desintegração do escravismo, no caso brasileiro.

Assim, considerou necessário observar os significados dos vários modos de produção que constituíram o período colonial, e de sua devida importância para formação econômica do Brasil, onde, até então não se encontrou evidências e motivo substancial para a crítica e negação dessa análise. Neste caso, busca-se a devida compreensão de algumas confusões conceituais recorrentemente consideradas na distinção entre capital comercial e capitalismo. Isto leva à afirmação da caracterização do modo de produção capitalista desde os princípios da colonização; do capitalismo desde os primórdios da acumulação primitiva de capital; e da conclusão de que o sistema feudal é - histórica e exclusivamente, fechado e autossuficiente.

Considera-se essas assertivas as principais contribuições do presente trabalho, com a reflexão crítica considerada a estes temas, diversas vezes camufladas por críticas acerca dos temas que envolvem a influência cultural da feudalidade nas interpretações da formação econômica do Brasil colonial. Levados assim facilmente por concepções de origem principalmente paulista para a confirmação do desenvolvimento pleno do capitalismo, a todas as custas, restringindo-se o foco às condições da realidade dos grandes centros produtores como São Paulo à frente do desenvolvimento e expansão do trabalho assalariado. Por isso, não foi evidenciado na realidade de todas regiões do Brasil, principalmente nos vastos territórios interioranos.

A questão em grande parte abordada pelos que simplesmente negam essas características feudais apresentadas no caso brasileiro, e ainda buscam a “anulação” da categoria explicativa, sem se preocupar em definir existências quanto as condições das relações de trabalho, desconsiderando aspectos fundamentais.

Nestes casos, em contraposição, aborda-se a perspectiva explicativa das categorias em Marx e no marxismo como orienta Figueiredo, em que para ele a centralidade é das “relações de produção, a interdependência entre os aspectos econômicos e sociais destas relações e, particularmente, a crítica à identificação simplista entre atividade mercantil e modo de produção capitalista”. Considerado um dos principais críticos da teorização de Werneck Sodré, Caio Prado Jr., por exemplo, não considera a interdependência entre os aspectos econômicos e sociais destas relações e ao discutir a relação de parceria, trata-a como relação de assalariados capitalistas, desconsiderando as formas exercidas pelo poder extraeconômico do latifundiário, proprietário das terras (FIGUEIREDO, 2005, p. 11).

1.1 TEMA E PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

A concentração fundiária ainda graça como característica da histórica ocupação territorial. Segundo a Oxfan (2016) no Censo Agropecuário de 2006 os grandes estabelecimentos concentravam 45,0% do total da área rural do país e correspondiam apenas 0,9% do total dos estabelecimentos. Já os pequenos estabelecimentos com até 10 hectares representam 47,0% do total de estabelecimentos e detém apenas de 2,3% da área total. Por outro lado, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou que entre 1986 e 2012 foram registradas 165,6 mil denúncias de trabalhadores correspondentes análogas à escravidão no campo, em 22 estados brasileiros, onde provavelmente o número de casos seja ainda maior, tanto de servidão quanto da escravidão (SOUZA, 2020).

A categorização do trabalho percebida nestes casos é juridicamente encarada como situação análoga à escravidão pois se assemelham e originam dela, exemplo da servidão por dívida que de toda forma confirmam os dados do trabalho no campo, tão preocupantes nos dias atuais e confirmam a presença ainda de formas de relação de trabalho não-livre.

Nelson Werneck (1980) retrata que parte da problemática da feudalidade nos modos de produção no Brasil está relacionada à ausência de um paradigma do feudalismo, assim como observada no escravismo clássico um paradigma com mais clareza, o feudalismo, por outro lado com suas diversas formas distancia a possibilidade desse tipo de concepção. A servidão será tratada como fonte de trabalho, de origem feudal, enquanto categoria e teses do movimento do Partido Comunista (PCB) e da Internacional Comunista (IC). Entretanto, muitos teóricos se eximem, muitas vezes sem saber o porquê no fundo recai em assimilar teorias providas, na maioria das vezes, de um “revisonismo teórico” e parcial. Se a problemática deste caso no Brasil está posta, quando se nega então a questão de seguir o caminho na identificação dos elementos estruturais que compõe a análise dos modos de produção secundários. Assim, como pode ser definido os modos de produzir que surgiram da desintegração do regime escravista no caso brasileiro?

A problemática em si nos levou a trilhar para a maior compreensão do processo de formação econômica no Brasil, ampliando sua dimensão, como um todo. A questão central que se coloca está na medida em que a negação de tais concepções, relativas à presença da feudalidade na formação dos modos de produção, caminham no sentido contrário da observação da realidade histórica, quando se define categorizar partindo das evidências da existência de um capitalismo nas históricas condições coloniais.

Assim ao observar a realidade histórica brasileira, Werneck Sodré (1980) não exclui estas possibilidades ao relatar se tratar do período colonial brasileiro, considerando muitas questões observadas ainda em aberto, pois muitas das contradições precisam ser identificadas e definidas e agregadas ao acúmulo das contribuições históricas e científicas, potencializando o debate e o pensamento crítico. Muitos dos estudos de casos detalham especificidades na ocupação territorial e no desenvolvimento de cada região no Brasil, no sentido colonial só vem a contribuir para a compreensão da diversidade na formação das estruturas produtivas e do papel que elas desempenharam na formação socioeconômica brasileira.

O conceito de modo de produção, marcado pelo monopólio da propriedade fundiária, fundamenta-se nas relações de troca cujo resultado da produção privilegia a exportação da produção colonial, ampliado pela demanda externa. As consequências do lado interno se deram às custas da má distribuição e prejuízo dos padrões de vida da maior parte da população, no campo os trabalhos servis degradantes em vastas regiões se dava nas formas da parceria, do caxixe, entre outras. Aliado a isso, existia o uso da violência sobre os pequenos proprietários, sem a devida preocupação com o desenvolvimento das forças produtivas materiais que se coloca à serviço da satisfação das necessidades fundamentais do povo (SODRÉ, 1962).

O latifúndio originário do *plantation* serve a estrutura econômica colonial e se caracteriza pelas condições da subprodução quando considera as demandas internas, e com setores exclusivos voltados à exportação de seus produtos tende a superprodução. Esta contradição é inerente a estrutura produtiva, historicamente deformada, dada demanda externa que encontra por força da alta disponibilidade de terras e força de trabalho barata, dado aspectos territoriais extensivos e da mão de obra na produção extrativista, exploração não tão sensível às tendências dos avanços técnicos para melhoria da produtividade econômica. Desta forma, o avanço tecnológico no campo é tardio, pois só nesse momento que se vê necessidades de ganhos - rentabilidade, sem a necessária melhoria nas condições de trabalho do campo, ou na sua justa remuneração pelo trabalho gasto. Diante da formação histórica dos setores produtivos com a condição da concentração da propriedade da terra, acarretou em distorção do poder econômico, acaba influenciando diretamente nas decisões políticas no âmbito interno e aliadas às decisões dos interesses externos, marcada pelo avanço do imperialismo surgindo como uma “constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira, suscetível de acomodação” (SODRÉ, 1962, p. 398).

O alerta dirigido por Lenin na Internacional Comunista (IC), roga que o avanço do imperialismo não pretende destruir as diversas formas de servidão e as demais relações pré-

capitalistas dos países oprimidos por estruturas econômicas de caráter semi-colonial, mas muito pelo contrário, põe estas formas de servidão a seu dispor para ter os benefícios de constituir menores custos com a produção (SOUZA, 2020).

De toda forma, a pretensão da pesquisa em suas hipóteses foi a de dar início à análise para a desmitificação dos conceitos e características da cultura da feudalidade inseridas na evolução da formação dos modos de produção do Brasil, origem dessa formação como sistema de colonização, até a desintegração do modo do escravismo, o que constitui uma releitura determinada de fatos e experiências teórico-históricas que vise a melhoria da compreensão da formação socioeconômica do Brasil colonial.

Assim, a presente pesquisa busca contribuir para a dimensão histórica do desenvolvimento do objeto da investigação, como contributo efetivo para o entendimento da dinâmica da estrutura produtiva no caso brasileiro, e alcançar seus propósitos ao atingir os objetivos a que se propôs enquanto investigação teórica. Assim este trabalho se propõe a reviver a “história perdida”, com um novo olhar sobre as condições do “ostracismo inconsistente” no que diz respeito as posições políticas e teóricas de Werneck Sodré, constituindo os elementos da feudalidade como inerentes ao desenvolvimento dos modos de produção numa formação social, que envolve os princípios da expansão colonial até a desintegração das condições do modo escravista na experiência brasileira.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa visa melhoria na compreensão da formação econômica do Brasil ao demonstrar a importância dos elementos teóricos-conceituais da ideia de feudalidade inseridos nos debates sobre a formação dos modos de produção no que se convencionou ser o período colonial brasileiro, até a desintegração do modo escravista.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Redefinir os conceitos da categoria modos de produção na compreensão da formação econômica do Brasil, a partir da perspectiva teórica em Marx;
- b) Investigar os elementos teóricos-conceituais cujos significados definem os vários modos de produção que constituíram o período colonial brasileiro;

- c) Dissertar sobre a formação dos modos de produção no período colonial brasileiro, demonstrando elementos da feudalidade na transição e desintegração do escravismo para diversas formas de servidão.

1.3 METODOLOGIA DO PLANO DA EXPOSIÇÃO

Neste introdutório será apresentado o plano de exposição, estruturado a partir dos elementos contidos no objeto e método do projeto inicial, desenhado para a investigação destes temas. Visa estruturar e melhorar a descrição dos assuntos pesquisados, devidamente tratados e agora expostos. Inclui-se neste primeiro capítulo as características do objeto, tema e problema da investigação, os objetivos, geral e específicos. Os objetivos específicos serão abordados de acordo com cada capítulo. Nos capítulos 2, 3 e 4 será abordado o objetivo específico (a). No capítulo 2, será realizado uma breve contextualização do autor e da obra *Formação Histórica do Brasil* e exposição da problemática política entorno da sua historicidade dos modos de produção, contidas na biografia de Paulo R. da Cunha (2012) e dos diversos autores que contribuem para o livro *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* (2006), organizado por Paulo R. da Cunha e Fátima Cabral, além de apontamentos nos escritos de Mao Tse-Tung (1949). Nos capítulos 3 e 4, será apresentada a compreensão de Werneck Sodré (1962) sobre a aplicação dos conceitos de modos de produção, convergindo com a abordagem marxista na contemporaneidade, do não-coetâneo dos modos de produção, ou seja, da possibilidade de ter havido no Brasil, na mesma delimitação territorial e formação social, modos de produção distintos com determinantes de tempos históricos diferentes. Assim se fez necessário apresentar a abordagem metodológica de Karl Marx (2008) na sua obra que introduz e contribui para sua crítica da Economia Política em que visa compreender a formação dos modos de produção. Ainda, a contribuição de Paulo Antunes (2020) para a definição dos modos de produção e da sua aplicação em formações econômicas, constituintes de diversos modos de produção.

O disposto no capítulo 5 atende as exigências do objetivo específico (b) dando início a investigação dos principais modos de produção do período colonial. Nos subcapítulos aborda-se a necessidade de antemão desfazer certas confusões teóricas e de interpretação quanto ao entendimento do que se pode categorizar como forma de capitalismo; a desconstrução da afirmação do conceito de modo de produção capitalista, desde os princípios da acumulação primitiva, da interpretação das diferenças conceituais entre capital comercial e capitalismo.

Para tanto, analisa-se as interpretações de Werneck Sodré (1962), suas bases teóricas embasadas em Marx (*Le Capital*, 1949), a contraposição de Guimarães (1964) que identifica

características feudais desde então, considerando como o início do monopólio da propriedade feudal, introduzidas nos engenhos de açúcar, caracterizando assim como modo de produção feudal-escravista. Aqui se faz o resgate da compreensão de Sodré na confirmação do modo de produção escravista como dominante nos engenhos de açúcar devido suas expressividades comerciais e de trabalhadores escravizados. Aborda-se os modos de produção secundários, suas expressividades divergentes com o dominante, procurando identificar qual a importância daquelas relações, abrindo brechas para designação servil e feudal, utilizando como fio condutor os levantamentos de Sodré (1962), com contribuições de Darcy Ribeiro (2012) e Alberto P. Guimarães (1994).

Por necessidade de compreensão da totalidade a partir de Sodré (1962), no capítulo 6 será apresentado o período de transição da “Independência” do Brasil-colônia e seus impactos característicos da transição e da continuidade das relações socioeconômicas de caráter colonial na conformação da classe dominante, internamente, e convergentes com interesses dos senhores de terra e de escravos, dadas assim, suas relações com o capitalismo em desenvolvimento. Busca-se a contribuição conceitual de Vladimir Lenin nas teses da Internacional Comunista (IC) em 1928, quanto ao entendimento desse tipo de dominação colonial e dos interesses externos no atraso das forças produtivas. O objetivo específico (c) estará exposto no último capítulo, na forma de dissertação da transição da escravidão para servidão, partindo da análise do modo de produção expressada na produção dos cafezais, e suas transformações, nas contribuições de Sodré (1962) e Guimarães (1964); as mudanças das relações de trabalho de Clóvis Moura (1994). No que diz respeito aos modos de produção escravista e sua decomposição dadas contraposição e identificação ao pensamento de Sodré (1962) e Guimarães (1964); quanto a transição direta para o entendimento do significado de trabalho “livre”, as leituras de Marx levantadas por Figueiredo (2005) a respeito das formas de exploração de mais-trabalho, identificadas com elementos da feudalidade baseada na renda da terra, da interdependência das relações sociais de produção e da dependência dos meios de produção monopolizados. Assim, como base para compreensão das diversas formas de trabalho servis será abordada nos textos de Sodré (1962), Guimarães (1964), Darcy Ribeiro (2012), Clóvis Moura (1994) e Marighella (1958). Por fim, espera-se encontrar expressões de feudalidade nas discussões e levantamentos bibliográficos da historicidade brasileira, e conseguir destacar sua importância na compressão da complexidade que foi formação econômica do Brasil com seus diversos modos de produção que lhe compõe.

2. A HISTORICIDADE PERDIDA DE NELSON WERNECK SODRÉ

Os impactos causados pela invasão colonial são objeto de estudos para muitos historiadores e pesquisadores no geral. De fato, precisa-se compreender o passado, a nossa história, para compreender a realidade brasileira atual. Nesse sentido, é essencial o entendimento desse período, para também compreender a formação econômica do Brasil.

Assim, dada a historicidade será importante resgatar compreensão da feudalidade presente na formação econômica social, principalmente na perspectiva de Nelson Werneck Sodré, um grande estudioso, da realidade brasileira, que sempre esteve à frente desse debate, não compreendido muitas vezes.

Sodré foi militante revolucionário, escritor, jornalista, historiador, e especialista nos temas como história da literatura brasileira e história militar do Brasil. Acumulando 56 livros e quase 3 mil artigos. Uma quantidade impressionante para um autodidata sem origem acadêmica (COSTA, 2006; CUNHA, 2012; 2006)

Comunista em suas concepções e militar de profissão, chegou à patente de general-de-brigada. Por conta disso e de sua atuação política, fora preso durante a ditadura militar, depois de liberto, controlado e impedido de circular alguns dos seus livros (COSTA, 2006; CUNHA, 2012; 2006). Cabe ressaltar que era comum no século passado, principalmente antes da ditadura, militares de esquerda. Os mesmos, por exemplo, interviram nas disputas Clube Militar, na campanha o Petróleo é Nosso (CUNHA, 2012) e no próprio levante comunista de 1935 (SODRÉ, 1962)

Antes de 1964, Sodré se dedicou fortemente ao ISEB, ministrou cursos ao qual fora base para formulações históricas das suas principais obras: Introdução à Revolução Brasileira (1958), Formação Histórica do Brasil (1962), História da Burguesia Brasileira (1964), História da Literatura Brasileira (1964) (CUNHA, 2012). Depois da intervenção militar o “ISEB foi fechado e os jovens historiadores que participava do Projeto História Nova do Brasil foram presos” (KONDER, 2006, p. 56).

A obra que será dedicado atenção, principal base do trabalho é “Formação Histórica do Brasil” (1962), escolha em respeito a posição de Sodré quanto aos **modos de produção feudal**, e por nele conter considerações a respeito, em um trabalho extenso e digno de rediscussão que ainda mantém em aberto muitas questões. No artigo escrito em 1980, Sodré, sobre “Modos de Produção e Realidade Brasileira” mantém sua posição quanto ao livro publicado:

[...] permaneço, neste breve esboço da teoria da história, unicamente assistido pelo método, de que meu livro antes citado (Formação Histórica do Brasil) foi fruto, do marxismo. Não há, pois, aqui, nenhum ecletismo, mas a homogeneidade rigorosa quanto aos apoios teóricos (SODRÉ, 1980, p. 133)

Esta contribuição, conseqüentemente, representa o resultado de meu trabalho individual, estando de acordo com as formulações constantes da Formação Histórica do Brasil, não por simples teimosia, mas porque não encontrei, até aqui, nada que me demonstrasse a necessidade de as alterar. (SODRÉ, 1980, p. 134)

O motivo do resgate será feito, também, pela compreensão que se analisa de forma injusta, o seu isolamento na academia por questão política. “As críticas a seu trabalho se misturavam muito com a discussão em torno da linha teórica-política adotada pelo PCB” (KONDER, 2006, p. 57).

Sodré já escrevia e refletia a sua época à questão imperialismo, feudalismo, e a respeito da burguesia nacional, a práxis e o método marxista como ferramenta, é que veio a dar corpo aos seus pensamentos, vincular as teses do PCB seria um erro, além disso, foi pioneiro ao inserir Mariátegui em seus estudos do Brasil (CUNHA, 2006).

Se observar, que na verdade os movimentos de esquerda, após derrocada, causada pela ditadura, culpabilizam Sodré por uma decisão coletiva do PCB, que assim reconstruem suas pensamento absolutos do interior da academia, envoltos por muros altos para com o restante da sociedade.

E ele, que já sofria de longa data algumas incompreensões, ou até mesmo rejeições, na vida universitária, pela carência de formação acadêmica e também pela ortodoxia de suas posições ideológicas, no **entrechoques das diversas correntes da esquerda brasileira**, passou a sentir também mais nitidamente, a rejeição do preconceito antimilitar. Levava, assim, adiante o destino de ser o estranho no ninho, na vida militar, o soldado de passo errado em um batalhão de anticomunistas obcecados; na vida civil, o intruso general das letras. (COSTA, 2006 p.21 grifo meu)

Esse ostracismo está relacionado a vincular seus estudos da historicidade brasileira a respeito dos **modos de produção** com a linha adotada da necessidade da Revolução Burguesa do PCB ou da necessidade de uma aliança com a dita burguesia “nacional” para eliminar as reminiscências feudais no campo. Em relação à essas teses, não será a defesa do seguinte trabalho.

A propósito, o próprio Sodré, afirma essa questão, e admite que há controvérsias na linha seguida, que foi bandeira levantada **coletivamente**, mas que não é suficiente para negar toda a historicidade por ele apresentada, principalmente ao que tange a questão do feudalismo não decodificado presente nos modos de produção brasileiros, e que por isso muitos sustentam o capitalismo desde os primórdios da acumulação primitiva (SODRÉ, 1980).

Os documentos do partido do proletariado brasileiro sempre **se referiam, a um tempo atrás**, a relações **feudais e semifeudais**. Porque divergiam da formulação, alguns elementos negavam a existência daquelas relações feudais ou semifeudais aqui. Era tolice frisavam. Tratava-se na verdade – afirmavam, categoricamente – de capitalismo em uma forma ostensiva, clara, insofismável. Chamar aquelas relações de pré-capitalistas não passava – afirmavam ainda – de sofisma semântico. E insistiam que o capitalismo reinava aqui. Era uma posição política que se travestia de divergência científica. (SODRÉ, 1980 p. 143-144 grifo meu)

Tanto a categoria feudal, quanto a servidão, ao qual muitos teóricos fogem sem saber o porquê, no fundo recaem numa concepção anticomunista e antimarxista de compreender a realidade, teorias historicamente defendidas, e que no Brasil, decaiu nas últimas décadas providas na maioria das vezes de um revisionismo teórico parcial.

A necessidade do resgate histórico provém do entendimento desse contexto. Ivan Alves Filho (2006), muito próximo a Sodré, relata seu rigor teórico quanto ao método marxista, da sua disciplina e carisma, além disso, reconta o artigo que escreve em 1979 a respeito da obra ao qual será discutida no presente trabalho, alertando a importância do aprofundamento da questão que será tratada.

No tocante à questão da caracterização dos **modos de produção** – tão cara a determinados setores da academia na minha época -, procurei destacar a validade das observações de Nelson em particular as relativas ao escravismo. Mesmo o aspecto da caracterização das **formas feudais**, muito **combatida pelas chamadas esquerdas**, eu achava que merecia uma discussão mais aprofundada. Afinal, em muitas áreas do território brasileiro não ocorrera uma passagem direta do **trabalho escravo** para o **assalariado** (é o caso de formas como meiação, quarta, colonato, e relações como o aviamento e barracão). (ALVES FILHO, 2006, p. 39, grifo meu)

Essa negação levou mais a secundarizar a questão do monopólio da propriedade da terra, do que na eliminação da necessidade de uma aliança burguesa. Quanto a essa última questão, sem prolongar muito, outro grande teórico revolucionário disserta a respeito, ao se deparar com uma questão muito semelhante e que a resolveu na prática:

Caráter revolucionário de um lado, caráter capitulacionista de outro — tal é o duplo caráter da burguesia chinesa. Este duplo caráter foi também observado na burguesia europeia e americana, segundo a história. Unir-se com os operários e os camponeses para combater o inimigo quando este a está ameaçando, e unir-se com o inimigo para combater os operários e os camponeses quando estes se levantam, é uma regra geral para a burguesia de diversos países; mas a burguesia chinesa revela mais acentuadamente esta característica. (MAO, 1949, n.p.)

Mao (1949) explica que a grande burguesia não é capaz de resolver as tarefas básicas para desenvolvimento da nação, por conta da sua propensão em se conciliar com os inimigos da revolução. Não são do seu interesse derrubar radicalmente as forças feudais e nem as forças

imperialistas, pois ela está estreitamente associada a exploração das zonas feudais através da renda da terra. Além das inúmeras traições observadas na prática durante os anos da construção revolucionária.

Se a burguesia chinesa puder executar tais tarefas, será admirada por todo o mundo, mas se não puder, a principal responsabilidade recairá certamente sobre os ombros do proletariado. Sejam quais forem as condições, portanto, o proletariado, os camponeses, a intelectualidade e outros elementos pequeno-burgueses da China são as forças básicas que determinam o destino do país. (MAO, 1949, n.p.)

Se aprofundar na questão não é o objetivo, mas é importante deixar claro, para que o ostracismo não de mais continuidade. O seguinte trabalho atentarà mais no sentido da origem do atraso das forças produtivas no Brasil, a pretensão de dissertar sobre tais tarefas de superação não é o caso.

3. A FORMAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA EM MARX

O plano de exposição deste capítulo parte das concepções de Paulo Antunes ao tratar da concepção de modo(s) de produção, como resposta ao que ele denomina “paradoxo” no centro da teoria marxista. O autor confirma a existência de uma diversidade de modos de produção num certo período, ou até mesmo numa só nação, destacados em períodos de transição, sendo que sua análise:

ajuda a compreender, inter alia, qual o dominante e as relações entre eles (o que já vimos ser decisivo para uma melhor compreensão). É, pois, relevante para uma análise mais completa da sociedade ter em conta os modos de produção e a formação económica da mesma, são complementares, uma vez que o modo de produção nunca se encontra em “forma pura” (ANTUNES, 2020, p. 171-172)

Assim, com objetivo em resgatar uma perspectiva sobre a formação dos modos de produção e contribuir para a compreensão da formação económica brasileira em suas expressões sociais inseridas num contexto totalizante - internacional e histórico, dialeticamente relacionados auxiliará na sua compreensão. Nesse sentido, Marx, será o precursor do método utilizado na principal obra referenciada.

Ao abordar a percepção de Marx sobre a sua própria abordagem metodológica e científica, ele orienta buscar seus fundamentos em um dos seus escritos fundamentais, a Introdução à Contribuição para Crítica da Economia Política, em que expõe de forma mais introdutória e de síntese, dissipadas em diversos escritos. Desta forma, percebe-se inclusive sua abordagem sobre modos de produção, infelizmente não se teve condições resgatar todos.

A tese na concepção é clara no sentido em que afirma Marx ser seu objeto: “nosso tema é, em primeiro lugar, a **produção material**, como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, **o ponto de partida**” (MARX, 2008, p. 237, grifo meu).

O presente trabalho de pesquisa pretendeu fazer um esforço no sentido de ter como ponto de partida a produção material, em diversas vezes houve similaridades e para observá-las necessitou-se da abordagem da materialidade e objetividade da produção ao atentar compreender os elementos que compõe as particularidades e a totalidade em que estão inseridas em seus determinados tempos históricos, pois para Marx:

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as

repetições. Esse caráter geral, entretanto, ou esse elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas determinações. Alguns desses elementos pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas. (MARX, 2008, p. 240)

Assim pode-se refletir que o que pertence a um tempo histórico de desenvolvimento, não é determinado pela média geral do desenvolvimento das nações, e sim da observação das determinações existentes, observada na materialidade da formação de certa sociedade.

A relação de trabalho é uma das categorias determinantes que Marx (2008) lhe dá atenção, compreendendo-se que aí reside diferenças na distribuição da produção social, nas classes sociais, assim regidas pelas leis que conformam o direito da **propriedade**:

O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos [um quantum] de alimentos que lhes permite existirem como escravo, como servo, como operário assalariado. Enquanto vivem, o conquistador do tributo, o funcionário encarregado dos impostos, o proprietário fundiário da renda, tanto quanto o frade esmoler e o levita dos dízimos, todos recebem [um quantum] da produção social, o qual é determinado por leis distintas das dos escravos. Os dois pontos principais que todos os economistas colocam sob essa rubrica são: 1o - a propriedade; 2o - a proteção desta pela justiça, pela polícia etc. (MARX, 2008, p. 242-243)

Assim Marx (2008) demonstra que a lei vigente e a proteção que assegura a propriedade também é de suma importância, ao qual não haveria bases para identificar diferenças na apropriação do produto social, a propriedade privada tem um caráter diferente, da propriedade comunal, verificadas em outras épocas, assim é preciso saber que tipo de propriedade e que período está inserido. Como exemplo, a propriedade privada da terra, declarada após a invasão colonizadora, desenvolve um caráter totalmente diferente, da que se encontrava os povos indígenas, onde na verdade havia ausência de propriedade.

A produção assim é relacionada e determinante do Estado de direito que irá garantir a forma da propriedade privada, “cada forma de produção, cria suas relações de direito, suas formas de governo próprias” (MARX, 2008, p. 243).

A distribuição da produção cumpre sua importância tanto quanto, faz parte da relação social de produção, é nela que se determina divisão da que se produz socialmente, assim como a troca, embora a primeira provem da sociedade e a segunda do indivíduo social, ao qual é no consumo se concretiza o gozo do que lhe foi construído socialmente. A produção é consumo também, é a linha que os interliga (MARX, 2008) “Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo dá lugar à produção de dupla maneira” (MARX,

2008, p. 247). A produção é ponto de partida, das necessidades vindas do consumo, só tornam concretas se foram produzidas.

A questão em que Marx (2008) atenta é que em meio a produção e consumo, se insere um intermediário, a distribuição. A crítica aos economistas e aos críticos desses, que fazem de forma rasa, é que a distribuição não existe de forma independente, mas também não é determinante, mas sim está dialeticamente relacionada à produção. O salário por exemplo, pode ser visto na perspectiva da distribuição por exemplo, mas “Se o trabalho não fosse determinado como trabalho assalariado, seu modo de participar da distribuição não apareceria como salário, tal como ocorre na escravidão” (MARX, 2008, p. 251). O indivíduo só poderá ser trabalhador assalariado se a estrutura organizativa da produção, compor esse tipo de exploração:

A própria distribuição é um produto da produção, não somente no que concerne ao objeto, pois unicamente os resultados da produção podem ser distribuídos, como no que se refere à forma particular da distribuição, a forma segundo a qual se participa da distribuição. E completamente ilusório colocar a terra na produção e a renda territorial na distribuição (MARX, 2008, p. 252)

Ainda completa exemplificando, aos casos de conquistas e de implementação de modos de produção, que faz parecer uma determinante da distribuição.

Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas também da produção histórica determinada (MARX, 2008, p. 255)

Além disso pode-se concluir de Marx (2008) que para satisfazer qualquer que seja a necessidade de consumo ou originadas da distribuição se concretizará apenas na produção, será a conformação da produção, que dará o resultado que se espera, na materialidade. O sistema de pilhagem, por exemplo, se pressupõe um sistema produtivo, se não, não há o que saquear, do mesmo modo não se pode saquear “uma nação de especuladores da Bolsa da mesma maneira que uma nação de vaqueiros” (MARX, 2008, p. 255)

Ainda mais especificamente Marx (2008) se referindo ao caso da América Latina, ao roubar escravos, rouba-se instrumentos de produção (Sentido da coisificação¹ do ser humano escravizado perante a produção), necessita-se da conformação de um modo de produção compatível com a escravidão. Se essa condição não é validada, não há produção, não há

¹ No sentido em que o escravo não é dono do seu corpo, é comercializado como mercadoria “Nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente *coisificado*” (CLÓVIS, 1994, p. 25)

distribuição, não há troca, não há consumo. O interesse subjetivado de nada vale se não for concretizado, na produção.

Marx (2008, p. 256) ao se referir a troca parte do mesmo esforço, e não identificar a autonomia da troca por si só, compreendida também como um momento da produção:

Mas, não existe troca sem divisão de trabalho, seja natural, ou seja como consequência histórica; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e gênero são determinados pelo desenvolvimento e organização da produção

Nesse sentido Marx conclui tanto a produção, a distribuição, troca e consumo não “são idênticos, mas que o todo eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade” (MARX, 2008, p. 257)

De toda forma, mais a frente, Karl, faz uma reflexão, que para compreender o todo, precisa-se abstrair das determinantes fundamentais da produção e suas relações sociais, compreender seu funcionamento a nível abstrato, e assim “Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso até dar de novo com a população” (MARX, 2008, p. 258) Nesse sentido para o filósofo, população “é a base e sujeito de todo o ato social da produção” (MARX, 2008, p. 258).

A categoria “produção” em si, em nível abstrato, para Marx, não explica os graus históricos reais de produção (ANTUNES, 2020) A construção dos modos de produção de forma mais complexa busca suprir, acima apresentamos um esboço ao qual Marx, caminha nesse sentido.

A concepção de modos de produção não é sintetizada em uma única obra (ANTUNES, 2020) Ao qual pode-se buscar, de toda forma, entender que o método, não se subentende uma aplicação ao modo de produção capitalista unicamente, nesse artigo apresentado, busca-se compreender de forma sintetizada essa questão, além da definição de modo de produção.

Para Marx e Engels, a produção é a base econômica, como apresentamos. Através do ato do trabalho, todo ser humano historicamente necessita produzir para satisfazer suas necessidades fundamentais de subsistência, assim necessita-se dos materiais, dos recursos da natureza, para transforma-los, são os objetos de trabalho. Assim historicamente, utiliza-se ferramentas para transformar os objetos, técnica que se desenvolve e modifica, assim é definido os instrumentos de trabalho, que somadas as condições materiais de produção (Infraestrutura, terra, estradas), conformam os meios de trabalho. Os objetos de trabalho mais os meios de trabalho, constituem assim os meios de produção (ANTUNES, 2020)

Antunes (2020) continua, definindo de forma sucinta e introdutória: Os trabalhadores humanos e suas capacidades, constituem a força de trabalho, e estas mais os meios de produção, constituem as forças produtivas. As relações sociais de produção, ou simplesmente relações de produção, estão conformadas na necessidade de cooperação entre os indivíduos, e estão diretamente interligadas com as forças produtivas, e seus estágios de desenvolvimento. As relações de produção conformam a propriedade e sua forma, o qual determinará a distribuição do excedente produzido socialmente, e esta terá sua expressão jurídica a respeito das relações de propriedade, que deve ser analisada sob as forças produtivas e meios de produção. Essa é a composição de forma geral dos modos de produção. São um complexo de categorias a serem consideradas, nem sempre estão em conformidades plenas. Por fim, assim define-se:

O(s) modo(s) de produção identificam, em última instância, as “leis do movimento” da organização social e económica, ou seja, como os seres humanos se organizam com vista a (re)produzir a sua vida, e como esta produção interfere nas suas relações, adquirindo “força de lei” (analisam-se as suas conexões e conflitos, com vista à transição), variando a sua forma histórica (ANTUNES, 2020, p. 170-171)

3.1 COEXISTENCIA DE MODOS DE PRODUÇÃO DISTINTOS

Conforme apresentado na introdução, em sua principal obra, onde ocorre grande construção do seu pensamento, principalmente no que se refere aos modos de produção, o livro “Formação Histórica do Brasil”, de Sodré, irá concentrar boa parte da sua análise histórica a partir da centralidade nos modos de produção, da colonização à república, mais especificamente até a década de 60, onde fora lançando na conjuntura pré-golpe militar. Porém restringiremos ao período do Brasil-Colônia à desintegração do escravismo.

Convergindo com exposição geral apresentada, Sodré (1962) expõe que é na produção que os indivíduos adquirem vínculos e relações sociais. O desenvolvimento das técnicas produtivas, determinará o grau de domínio perante aos recursos da natureza e assim também influenciará as relações de produção. Portanto as relações estabelecidas no âmbito da produção são objeto histórico, fundamental para compreender as relações sociais e o desenvolvimento da sociedade, constituindo sua formação em três aspectos: a propriedade sobre os meios de produção, que é uma relação determinante; a divisão da sociedade em classes e a distribuição dessa produção.

Por isso Sodré (1962) frisa, de início, uma das suas principais fundamentações a respeito das relações de produção no Brasil, é considerando-a específica, por conta da contemporaneidade do não coetâneo. Ou seja, para o autor, na realidade brasileira, perpassaram-se diversos modos de produção que humanidade já vivenciou, mas para além disso, se verificou a coexistência de modo de produção distintos, relações atrasadas e novas no mesmo momento histórico, criando antagonismos e desigualdades regionais em diversos momentos históricos.

Consideradas tais relações, a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, — é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do País. (SODRÉ, 1962, p. 04).

Sodré (1962) detinha conhecimento da linearidade dos modos de produção mesmo assim será um dos assuntos mais ofuscados e mal interpretados. A compreensão de um certo esquematismo da evolução das sociedades na sua obra não é o caso.

O que se pode concluir de Sodré (1962),   que de forma geral, o entendimento das experiências históricas das sociedades antigas, não significa que todas as sociedades seguirão o mesmo processo, muito pelo contrário, terá uma forma o específica devido a contradi es internas e externas ao seu tempo histórico dentro de uma totalidade internacional.

De toda forma, Sodré (1962) d  indícios do entendimento que a partir da materialidade das experiências dos modos de produ o compreende-se, por exemplo que não   possível obter a forma o de um mercado, sem acumula o da produ o, ou concretizar classes sociais sem a divisão social do trabalho, sem a forma o da propriedade privada. O mesmo para obter uma industrializa o, sem um salto de produtividade e fornecimento contínuo de matérias primas. E que além disso há uma evolu o das técnicas que determinará o modo de produ o e a divisão do trabalho, o acesso a elas   fundamental. Conseqentemente não existe moeda, capital comercial, capital usuário, sem antes haver a necessidade da troca, sem haver mercado.

O que o Sodré (1962;1980) deixa claro,   que diferente da linearidade conseqente da forma o das sociedades antigas e média, a forma o da realidade Brasileira   algo específica, os elementos estão presentes na história, só foram postos em momentos diferente por necessidades distintas, influenciadas por um caráter de domina o externa histórica, por conta da acelera o da forma o dos modos de produ o em outros países, tendo assim uma rela o de desenvolvimento desigual, distorcendo o que havia de se desenvolver por conta. Nesse sentido o que ocorre inicialmente   a transplante de modos de produ o *alienígenas* ao meio.

A inser o de um tipo de produ o para acumula o de produtos destinadas ao mercado, são elementos que estavam longe da realidade das comunidades primitivas da época: “Na comunidade primitiva não há excedentes de produ o, não há troca, conseqentemente. Não havendo troca, não há mercado, e não havendo mercado não há mercadorias. Disso decorre a ausência de classes sociais.” (SODRÉ, 1962 p.05)

Algumas dessas comunidades indígenas habitam o Brasil, se adentrando ao interior como modos de produ o muito distintas do capitalismo. Exclui-los da totalidade determinante da forma o do Brasil seria uma arrogância científica. A organiza o social indígena seria menos Brasileira por não aderir um modo de produ o capitalista? Muito pelo contrário,   o que há de mais brasileiro. Infelizmente sua cultura e conhecimento se perdem em meio as invasões. Esse seria um dos exemplos mais tangíveis para ilustrar, a possibilidade da coexistência de modos produ o na mesma extensão territorial delimitada pela forma o de um estado na o.

Há quem se espante, ou simule espantar-se, com a simultaneidade de modos de produção diferentes na mesma colônia, o Brasil, como se isto fosse, na História, algo singular. Pelo contrário, ocorreu muitas vezes; não houve nisso nenhuma singularidade. Desde quando limites políticos, ou geográficos, interferiam no sentido de separar áreas de modos de produção diferentes? (SODRÉ, 1980, p. 141)

Essa reflexão Sodré (1962;1980) é importantíssima e de extremo valor para compreensão de uma sociedade. Pois veja, muitos estudos históricos utilizam apenas os regimes que consideram dominantes naquele momento para compreender a totalidade de uma sociedade. Ou seja, esse pensamento de Sodré (1962) permite entender que tal sociedade como Brasil, em tal período qual seja, não é definida por um único modo de produção, independente da sua relevância, pois, não existe um Brasil cuja formação social e produtiva seja homogênea. Embora não eliminasse a predominância que alguns modos podem exercer num contexto geral, seja nacional ou interacional.

A existência de modos produção distintos é totalmente possível, principalmente quando se trata de uma estrutura de origem colonial, por vezes gerando grandes desigualdades regionais. Além do exemplo apresentado, há na formação histórica, modos de produção ainda mais influentes na sociedade brasileira. (SODRÉ, 1962)

Por vez, Sodré (1962) julga necessário para uma compressão completa da sociedade. Os modos de produção feudal e a servidão como relação de trabalho, ao qual se refere não é de uma forma importada dessas relações, como há historiadores e estudiosos do tema que sustentam, mas como uma formação endógena de causalidade específicas.

Há ainda estudos influentes, inclusive, que negam o modo de produção escravista do período colonial em detrimento de um modo de produção capitalista comercial, compreendida no contexto de acumulação primitiva do capital. A seguir abordaremos algumas das confusões que levam a alguns desses pensamentos.

4. MODOS DE PRODUÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

Sodré era um grande estudioso e estava a par de várias discussões pertinentes, presente algumas inclusive até os dias atuais, no início de sua obra dedica-se a elucidar confusões referente ao caráter da colonização. Teses essas que levam à conclusão do caráter capitalista dos modos de produção ou do feudalismo transplantado desde primeiros anos da colonização.

4.1 CAPITALISMO VS FEUDALISMO TRANSPLANTADO

Primeiramente, trataremos da negação do caráter capitalista da colonização, que derivada da confusão entre mercantilismo e capitalismo, de forma mais exata, a confusão entre capital comercial e capitalismo. Depois, a negação do caráter feudal tratada no início da colonização, compreendidas a partir da estrutura administrativa e jurídica, que são verificadas principalmente em escritos imperiais da época ou similaridades sociais.

Pois bem, seguimos na questão do caráter capitalista da colonização. Tal erro não seria recorrente, se a análise partisse da produção, como método marxista, partindo dos modos de produção, como é proposto neste trabalho. Onde observaremos mais à frente a identificação no início da colonização o modo de produção escravista, sabendo-se assim, o trabalho predominante não era assalariado, e mesmo que fosse não seria suficiente, apesar de tudo, sustentar um capitalismo sem assalariado, já dificultaria a sustentação em bases marxistas, como apresentamos na metodologia.

De toda forma, Sodré (1962) ao tratar do assunto, baseia-se em escritos de Marx de como se constitui o capitalismo na Europa, e a partir de que condições podemos averiguar seu aparecimento e sua dominação.

No entendimento de Sodré (1962), o capitalismo como movimento social complexo, não surge do aquém, é de se esperar minimamente que elementos do capitalismo constituía as sociedades médias e antigas, mais principalmente o período conhecido como de acumulação primitiva do capital.

O capital usuário por exemplo, a acumulação derivada do emprego do dinheiro, era um componente pré-capitalista. Os ganhos oriundos do comércio, a partir da exploração dos extremos, originando capitais comerciais também. A própria moeda, bancos, bolsa de valores, letras de câmbio são técnicas que embora não seja de conhecimento amplo, existia na idade média, antes da consolidação do capitalismo. (SODRÉ, 1962)

O que o Sodré (1962) demonstra é que o comércio compõe a sociedade há muito tempo, foi o próprio comércio “*que forçou as transformações que fizeram a sociedade evoluir do modo escravista para o modo feudal de produção, com a fase intercalar do colonato*” (SODRÉ, 1962, p. 22). Nesse sentido o senhor feudal, se apropriava de uma parcela em trabalho, em produto ou dinheiro para seu consumo próprio ou para troca. Nessa apropriação que repousa a contradição, em que o senhor feudal deseja cada vez mais aponta Sodré (1962)

A partir da divisão social do trabalho as atividades se separam, as trocas aumentam, surgindo o mercado interno e o mercado nacional. As trocas se tornam frequentes entre atividades urbanas e rurais, e o dinheiro surge para facilitá-las. O capital comercial é o que surge dessas trocas e o capital usuário é o que se forma a partir do emprego do dinheiro. (SODRÉ, 1962)

A chave do entendimento para Sodré (1962), repousa na diferenciação do capital comercial na época dos descobrimentos com o capital comercial no modo de produção capitalista, é que no modo capitalista, a **produção domina o comércio**, é diferente da **produção** que se desenvolve e o dinheiro facilita as trocas. O capital comercial surge muito antes do capitalismo, e sua expansão é insuficiente para explicar a transição dos modos de produção.

A concepção do capitalismo colonial, leva a crer que o processo de formação colonial engendrado na acumulação primitiva para formação do capital é por si só suficiente para identificar o capitalismo. Marx (1949) nos levantamentos de Sodré (1962) nos atenta que “É na circulação que o produto começa a se desenvolver como valor de troca, como mercadoria e como dinheiro” formando o capital comercial autônomo, porém no capitalismo, o capital comercial é submetido.

O capitalista industrial tem sempre os olhos fixos no mercado mundial; êle é forçado a comparar, e compara sem cessar, os seus próprios preços de custo de fabricação com os preços do mercado de seu país e do mundo inteiro. Antes, os comerciantes eram os únicos quase a fazer esta comparação e asseguravam, assim, ao capital comercial a supremacia sobre o capital industrial” (MARX, 1949, p.120-122 Apud SODRÉ, 1962, p. 50)

É totalmente ao contrário na produção capitalista. O processo de produção repousa totalmente na produção, e a circulação não é senão uma fase transitória da produção, a simples realização do produto criado como mercadoria, a substituição de seus elementos de produção produzidos como mercadoria. O capital comercial, esta forma diretamente oriunda da circulação, aparece aqui simplesmente como uma das formas do capital engajado em seu movimento de reprodução.” (MARX, 1949, p. 107, Apud SODRÉ, 1962, p. 51, grifo meu)

Anteriormente a produção capitalista, o capital comercial procura dominar a produção ao seu alcance orientando-as para *valor de troca*, em contradição com a estrutura feudal de produção que está voltada para o *valor de uso*. (SODRÉ, 1962)

O capital comercial, se é o único senhor, representa, portanto, um sistema de pilhagem; seu desenvolvimento é marcado, aliás, nos povos comerciantes da antiguidade como nos **tempos modernos**, de devastação, de pilhagem marítima, de **escravidão** e de **servidão** nas **colônias**. Foi êste o caso de Cartago, de Roma, de Veneza, entre os portugueses, os holandeses, etc. (MARX, 1949, p.112 Apud SODRÉ, 1962, p. 51 grifo meu)

Compreensão de Marx (1949) na perspectiva de Sodré (1962) nos faz refletir que o movimento das sociedades, assim como o movimento do capital não   uniforme, marcado por transi es claras, o capitalismo   a consolida o de componentes presentes nas sociedades anteriores, estranho se não tivesse uma origem.

De toda forma, Sodré (1962) atenta que não   somente o capital comercial que gesta o capitalismo, nem somente o capital usuário em prol da classe mercantil. Esses elementos contribuíram para formar uma acumula o de dinheiro independente da propriedade da terra, compreendida cada vez mais como forma de riqueza, utilizando-o para apropriar das condi es de trabalho, destruindo os antigos proprietários a partir da forma o do trabalho industrial. Para isso era necessário de antemão uma estrutura produtiva minimamente desenvolvida.

O poder do capital comercial e usuário, vistas como usura, tão odiados pelo povo naquela época e com razão, se apropria dos meios de produ o, não o modificando substancialmente no primeiro momento, apenas se liga a eles de forma *parasitária*. (SODRÉ, 1962 p. 26)

Assim, para o Sodré (1962), os países são conseguem atingir a fase capitalista perante duas condi es essenciais: ter a disposi o uma massa de trabalhadores despossuídos dos meios de produ o, obrigados a vender sua força de trabalho e dispor uma acumula o de riqueza suficiente para cria o das grandes empresas.

A inversão do capital adquirido na esfera da circula o e aplicada na produ o visando o aumento de produtividade,   extremamente importante para entender o processo de consolida o do capitalismo em uma na o, segundo o entendimento de Sodré (1962) de Marx (1949). Pois mesmo que a mesma, seja vanguardista no mercantilismo não garante o desenvolvimento da produ o manufatureira para estágio da produ o industrial, onde tem por necessidade expandir e ampliar o mercado:

E a revolu o operada nos séculos XVI e XVII teve por base sobretudo a produ o capitalista já criada.   o mercado mundial que constitui a base d esse modo de

produção. Mas como esse modo tem como tendência imanente expandir a produção sem cessar, é necessário alargar sem cessar o mercado mundial; não é o comércio que revoluciona a indústria, é a indústria que revoluciona constantemente o comércio. E mesmo dominação comercial é então ligada à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Exemplo: a Inglaterra e a Holanda. A história da decadência da Holanda enquanto nação comercial é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. MARX, 1949, p.116, Apud SODRÉ, 1962, p. 51)

Portanto, na compreensão de Sodré (1962)   quando a produ o expressa na industrializa o   que marca a transi o do que se pode caracterizar capitalismo, quando essa submete o comércio.

O importante a ser destacado   que o desenvolvimento do capitalismo levado a cabo por algumas na es, não significa que o capitalismo   a realidade dos modos de produ o em todo o mundo. Inclusive podem as submete-los pelos sistemas de *pilhagem* por exemplo, assinalado anteriormente por Marx (2008).

Aliado as teses dessa confusão, Sodré (1962) apresenta que há também a sustentac o de uma burguesia precoce em Portugal, já no século XVI. Alertando que , embora Portugal tenha gerido um processo distinto de composi o feudal em rela o as outras na es europeias, caracterizado por um grupo mercantil determinante no desenvolvimento luso, não se pode defini-la como classe ou mesmo burguesia. Linha de pensamento utilizado para legitimar o argumento da existência do capitalismo no início da era colonial.

No mesmo sentido Guimarães (1964) contribui apontando que a sociedade Portuguesa de 1500, tinha como base econ mica o monopólio da terra, a classe que a possuía, detinha o principal meio de produ o, prevalecia seu poder sobre as demais classes por coa es extraecon micas.

Conforme Sodré (1962) o grupo mercantil não chegou a dominar o poder, embora o influenciasse, e fosse economicamente ativo, a estrutura societária ainda contia debilidades para seu desenvolvimento. Que por sua vez era onerada por altos custos de transporte e por outro lado detinha um mercado limitado de consumo:

A existência de um grupo mercantil não pode ser confundida com a existência de uma classe social, a burguesia. Nem existe associa o causal entre a antecipac o no aparecimento de um grupo mercantil e a antecipac o no triunfo burguês, como não há rela o causal entre o capitalismo e o capital comercial, êste como antecedente obrigatório daquele. A burguesia alemã surgiu, na história, em tarde, mas isso não impediu que se tornasse classe dominante, na Alemanha, antes que tal transforma o ocorresse em Portugal.” (SODRÉ, 1962. p. 27)

Os mercadores detentores de capital usuário e comercial faziam parte de certa forma de uma cúpula em poder dos senhores feudais, mas de não chegara a conformar uma força hegemônica nesse período:

Os lucros auferidos no comércio com outros países ou regiões não eram aplicados na produção local, que não evoluía, não eram invertidos nas manufaturas, e estas não evoluíam para se transformar em oficinas ou fábricas. Tais lucros consumiam-se nas guerras, particularmente as de concorrência, e no consumo parasitário dos senhores feudais, inclusive o clero. (SODRÉ, 1962, p. 30)

O mesmo declara Sodré (1962) a respeito das empresas das navegações, também relativo ao capital comercial e exploração dos extremos, de nada tinham de capitalistas. O mais próximo do interesse na industrialização ou desenvolvimento de manufaturas será posteriormente com os empreendimentos para refinamento de açúcar, cuja necessidade aflorou por conta da debilidade e distâncias dos fretes, cuja a degradação do produto não resistiria, principalmente se produzido nas américas.

A empresa das navegações, que possibilita as descobertas de que decorre a colonização, tem suas bases no capital comercial cujo aparecimento e desenvolvimento caracterizam o declínio do feudalismo. Aquêl capital, formado na esfera da circulação, tem sua origem na troca de intermediários e na exploração dos extremos, o produtor e o consumidor. (SODRÉ, 1962 p. 34)

Desfeita tal confusão, partiremos quanto a colonização num caráter feudal implantado na colonização, que por sua vez são descentralizadas da economia segundo Sodré (1962)

No texto *Montagem da colonização*, Sodré (1962) destaca que houve características feudais nas implantações das capitânicas donatárias e nas legislações por exemplo, assim como classe dominante em Portugal era de senhores feudais, e era essa experiência legislativa vigente.

Porém em sua visão recorrem em analisar a *legislação escrita* em detrimento do que aconteceu na realidade, centralizam suas análises das leis, regulamentos, cartas em ou da devida atenção a características transplantadas pela coroa Portuguesa como as donatárias, a qual julga insuficiente a caracterização de um *modo de produção feudal*, no primeiro momento. (SODRÉ, 1962)

De toda forma para Guimarães (1964), nos engenhos de açúcar, já observava uma relação de propriedade feudal, pois considerava se tratar do início da relação de monopólio latifundiário, com toda via, a relação de trabalho era majoritariamente escravista, por isso conclui em uma caracterização feudal-escravista.

Essa unidade produtora – o engenho – foi a célula da sociedade colonial, tonando-se, por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como sociedade que dele nascera, medularmente feudal. E se quer dar uma designação mais precisa, tendo em conta os aspectos fundamentais de seu modo de produção, como feudal-escravista é que se deve definir tanto o engenho, como todo o período colonial da sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 1964, p. 60)

Sodré (1962), não dará tanta importância a propriedade da terra no início devido ao seu valor nulo, como veremos mais a frente, por isso autor identifica o caráter do processo de colonização brasileira da seguinte maneira: “*Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção.*” (SODRÉ, 1962 p.82).

Há ainda críticos do modo de produção feudal no Brasil, de forma geral, que anulam a tese simplesmente por caracterizar o sistema como algo fechado e necessariamente, *autossuficiente*. Quanto a isso, como já demonstrado, o feudalismo com o desenvolvimento do capital comercial, ultrapassa essa visão. E por isso precisam identificar o capitalismo desde os primórdios da acumulação primitiva, caindo na confusão acima.

Não só por eliminação das possibilidades, a centralidade nos modos de produção que se conclui escravista segundo Sodré (1962), que além disso observa situações ao qual o trabalho escravo não era compatível, em momentos se distanciava da produção voltada para o exterior, cujo o interesse era o principal para metrópole colonizadora.

Ao analisar com centralidade nos modos de produção no período colonial. Faz necessário alguns questionamentos pertinentes. O que se produz aqui? Qual o destino? Como produz? Que tipo de relações de trabalho e propriedade são necessárias para satisfazer tal produção?

São diversos empreendimentos com características específicas marcadas pela necessidade de cada tempo e região, que decorrem por alguns séculos em conjunturas diferentes, mas que marcarão similaridades históricas entrelaçadas pelo caráter de dominação colonial ao qual será traçado perspectivas gerais a respeito.

4.2 PREDOMINÂNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

A caracterização da colonização é clara, segundo Sodré (1962) para ser efetivado conforme a circunstâncias era necessário resolver algumas condições mínimas. O comércio internacional, antes da invasão lusa à América Latina, se tratava principalmente de regiões que

já estavam desenvolvidas no âmbito da produção e que iriam encontrar espaço de demanda no mercado europeu em formação, como por exemplo o comércio de especiarias realizadas com o oriente. Cabia ao império dominar o comércio apenas e explorar os extremos.

As comunidades indígenas encontradas na região brasileira não produziam excedentes e não se entregavam ao trabalho forçado com facilidade embora foram submetidas várias vezes. Além disso os altos riscos do fretamento, a longa distância do atlântico, as técnicas de navegação ainda em desenvolvimento e a baixa capacidade de carga, elevavam os custos perante as empresas de navegações. Assim a colonização inicialmente era inviável no sentido produtivo e se restringia a extração de matérias-primas encontradas ao alcance dentro da viabilidade. (SODRÉ, 1962)

As especiarias de interesse para muitos mercadores, detinham alto valor unitário no mercado europeu e a baixa carga necessária. O açúcar no mesmo sentido, já era uma especiaria muito demandada e de alto valor gerando altos rendimentos no mercado europeu. Porém seu refinamento era um processo técnico produtivo necessário para efetuar sua comercialização, fazendo com que muitos detentores de capital comercial se interessassem pelo empreendimento. Assim Portugal realizou suas primeiras experiências nas ilhas do atlântico com auxílio da Holanda, que por sua vez dominava a distribuição do produto na Europa. (SODRÉ, 1962)

A produção de açúcar será o produto que atenderá algumas das condições necessárias para a colonização brasileira, inclusive favorecidas pelo clima tropical. Restava resolver uma última condição, a mais importante. Quem realizaria o trabalho? Que tipo de relação se estabeleceria?

Para Sodré (1962) se fosse um empreendimento capitalista, com trabalhadores assalariados, simplesmente não existiria por conta da sua inviabilidade econômica. A escravidão já aplicada na produção de engenhos nas ilhas do atlântico, será a saída encontrada.

Assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial. Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo. Nesse processo, a propriedade da terra não tem, de início, nenhuma função apreciável. Ela não o condiciona ou determina. (SODRÉ, 1962 p. 70)

Perceba, que a grande extensão de terra disponíveis, não obtinha o mesmo valor que as terras europeias, pois do que valem se as possibilidades de produção nela são extremamente restrita. De nada valem sem o trabalho, sem atender uma necessidade social na materialidade.

Para incentivar a colonização em terras distantes haveria que ter rendimento igualmente compensatórios, oferecidos pela exploração do trabalho escravo.

Como problema fundamental, é o trabalho que vai caracterizar a exploração colonial. A Coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo trazia parte do investimento inicial. Valia mais do que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse uma relação entre um e outro desses fatores. Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. Esta era abundante e praticamente gratuita. O escravo só podia ser obtido. Por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. Aquele que não os tivesse, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha. O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo. A supremacia do trabalho sobre tudo o mais impunha-se, inexoravelmente. (SODRÉ, 1962, p. 71)

O caráter inicial da colonização para Sodré (1962) sintetizadas nos engenhos de açúcar, predomina o modo escravista de produção, alicerçado na propriedade do escravizado, sob regime colonial. A produção é destinada ao mercado europeu, os ganhos relativos se destinavam principalmente à coroa e aliados envolvidos. O escravismo não surge da desintegração da comunidade primitiva, como ocorrida em outros tempos, e sim implantada de fora. O autor levanta detalhes relevantes sobre o regime:

- o regime escravista, aqui, não surge da desintegração da comunidade primitiva;
- o regime escravista, aqui, é estabelecido por senhores que viviam, antes, num meio, o metropolitano, em que vigorava uma etapa mais avançada de produção, a feudal. Da primeira diferença decorre a impossibilidade em aproveitar o indígena como mão-de-obra escrava. Da segunda, decorrem outras particularidades:
- a produção escravista não se destinava ao mercado interno (não havia mercado interno) mas ao mercado externo (distante e de características diferentes);
- o regime escravista é estabelecido quando a produção de mercadorias e sua troca já havia atingido, em âmbito mundial, uma etapa superior, e vai servir ao desenvolvimento dela;
- a produção escravista é estabelecida em grandes áreas, no regime da grande propriedade, e vai ser a mola propulsora desse regime". (SODRÉ, 1962, p. 76)

O sentido da colonização está atrelado ao caráter escravista diferente da escravidão antiga, que se formou da desintegração da comunidade primitiva. Demonstrando a peculiaridade da formação econômica brasileira desvincilhando de qualquer analogia dos modos de produção ocorridas em outros tempos.

A produção escravista é possível como modo de produção escravista no Brasil colônia, em meio ao desenvolvimento do capital comercial e desintegração feudal, justamente pelo seu caráter colonial, do valor nulo da terra perante a sua abundância, da pré-existência de um

mercado demandante, possibilitando grandes ganhos, além claro, do comércio escravista e a possibilidade do se contínuo estímulo. (SODRÉ, 1962)

A escravidão também será mão de obra na produção de algodão posteriormente no surto do produto pela demanda inglesa, na extração do ouro e na produção de café, (SODRÉ, 1962) e em muitas atividades urbanas e de manutenção da *casa grande*.²

Cabe frisar, é que a escravidão esta interligada ao caráter colonial, ela condiciona a possibilidade desse tipo de produção, é respaldo na circulação de produtos de um mercado desenvolvido, mas não por esse de modo de produção que foi implantado, mas por aquele que se desenvolve na Europa.

Seguindo a reflexão a partir de Marx (2008) e na compreensão de Sodré (1962), a produção, está assentado na escravidão, não importa a qual mercado, cujo outro modo de produção possibilitou. Não muda o caráter do modo de produção local, mas ajuda a compreender como surgiu.

4.3 MODOS DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIOS

Os engenhos escravistas são um dos primeiros grandes empreendimentos que irão marcar a expansão colonizadora, mas não serão as únicas que irão compor. Nos três primeiros séculos, há diversos processos que caracterizam a expansão da colônia e de seu povoamento, com suas devidas peculiaridades na produção, ao qual, como já se adianta, alguns não estavam sustentados no trabalho escravo.

4.3.1 Vicentinos e missionários

Na área de povoamento da Vicentina por exemplo, características que estavam distantes dos engenhos aplicados na área nordestina, estas detinham crescimento vegetativo, de um tipo que pode ser definida como *economia de subsistência*. “São pequenos sitiantes, pequenos criadores, com reduzidas áreas cultivadas, reduzido número de cultivadores, e atividades domésticas de base familiar. (SODRÉ, 1962, p. 111)

A expansão vicentina se tornou uma colônia de povoamento de crescimento vegetativo, devido ao fracasso da implementação de engenhos. Não tinha sua produção voltadas para exterior, ou seja, tinha pouca ligação com comércio europeu, ao qual a coroa tratava como de

² MOURA (1994, p. 42-43) faz um levantamento dos trabalhos realizados pelos escravizados

importância secundária, por razão também de obter pouco poder de compra para os produtos que necessitavam. Perante a isso sua produção se restringia ao consumo local, sofrendo de escassez consecutivas. (SODRÉ, 1962)

Nessas áreas, porém há diferenciação, houve a apropriação da mão-de-obra indígena. Gerando conflito entre colonizadores e missionários, que estes últimos o disputavam e julgavam imoral a escravidão dessas comunidades. Nada se falava sobre os escravizados africanos, pois nesse conflitava com os interesses da Coroa com participação do alto Clero na metrópole. De toda forma o interesse era se apropriar do trabalho indígena a partir da sua catequização. (SODRÉ, 1962)

Os colonizadores, quando se chocavam com os missionários, não se opunham à catequese. Eram bons católicos, à maneira do tempo, homens de crença, vivendo no aprisco da Igreja. Rebelavam-se, apesar disso, pelo fato de que os missionários, mantidos pelo dízimo pago pelos leigos, taxa importante no conjunto da tributação do tempo, subtraíam a mão-de-obra disponível, ao alcance dos colonizadores, utilizando-a, como tal, em seus trabalhos e emprêsas materiais. Esta indisfarçável concorrência é que constitui a razão do conflito. E esse conflito é que leva os moradores de São Paulo a expulsar os missionários. Trata-se de uma decisão do particular, e não da Coroa. Nesse ponto, como em outros, no seu isolamento, na ausência de interesses comuns com a Coroa, os paulistas não lhe reconheciam a autoridade. (SODRÉ, 1962, p. 115)

O importante dessas contextualizações é que muitas vezes buscou escravizar os povos indígenas por parte dos colonizadores. Porém quanto ao trabalho desempenhado para os jesuítas, já não é possível trata-los como escravos, não eram de posse dos mesmos, mas seu trabalho era explorado. A *servidão* segue como possibilidade.

O índio, aqui, não tem o estatuto de escravo nem de servo. É um catecúmeno, quer dizer, um herege que está sendo cristianizado e assim recuperado para si mesmo, em benefício de sua salvação eterna. No plano jurídico, seria um homem livre, posto sob tutela em condições semelhantes à de um órfão entregue aos cuidados de um tutor. (RIBERIO, 2014, p. 78)

A negação ao qual Ribeiro faz, quanto a relação de trabalho não é suficiente. Um catecúmeno não tira a possibilidade de ainda ser servo, no caso já que como juridicamente era homem “livre”. Como o mesmo diz “*Estando ali, porém deviam trabalhar para seu sustento e para fazer próspera a comunidade de que passavam a fazer parte*” inclusive nas “*edificações de igrejas*” (RIBERIO, 2014, p. 78). Trabalho intensivo de construção em troca da “*salvação eterna*” cristã. A apropriação do trabalho alheio era clara.

Sodré (1962) traz ainda o processo de *apresamento dos indígenas*. Na disputa entre o capital holandês e espanhol pelo comércio do açúcar e engenhos, os holandeses ao invadirem a

área açucareira, dominando o que tinha de mais importante para a concretização da empresa, o controle da mão de obra escrava na costa africana foi desestabilizada e o fornecimento regular necessário, sofrendo o impacto nas áreas não controladas pela Holanda. Necessitando assim escravizar a mão de obra do indígena. Essa demanda, gera o bandeirismo de apresamento, uma profissão com bons rendimentos, cuja as comunidades controlada pelos Jesuítas se tornariam presas fáceis. Restabelecido o tráfico escravista africano, o apresamento decaí.

4.3.2 Pastoreio sertanejo

Outra área que terá desenvolvimento diferente da escravidão dominante presente nos engenhos de açúcar, será a expansão dedicada à conquista do sertão, derivada dos interesses do pastoreio, cuja criação de gado coexistia com engenhos desde o princípio, pois serviam-lhe de alimentação e auxílio nos transportes de pequenas distâncias (SODRÉ, 1962) e na própria produção:

O gado *vacum e cavalar* foram trazidos da Europa esteve presente nos processos de produção do engenho “*cujas as moendas precisavam de pelo menos sessenta animais, empregados revesadamente em grupos de mais ou menos doze de cada vez*” (GUIMARÃES, 1964, p. 62).

O desenvolvimento dos rebanhos e a necessidade de ampliação das áreas de pastagens contribuem para divisão do trabalho e distanciamento das propriedades, mesmo que o senhor de engenho ainda seja proprietário dos rebanhos. Fornecendo nesse segundo momento artigos originados do couro. Posteriormente há a separação completa entre as duas produções, proporcionada principalmente pelos grandes rendimentos oriundos da exportação de açúcar levando a sua extrema especialização, surgindo as feiras ampliando as trocas entre o setor agrícola, pastoril e áreas mineradoras que se desenvolvem em paralelo. (SODRÉ, 1962 p. 122-124)

A alta rentabilidade da produção açucareira, que levou à sua extrema especialização, foi a causa fundamental da expansão pastoril sertaneja que proporcionou, com a carne para alimento e o couro para utensílios, o complemento indispensável à monocultura.” (SODRÉ, 1962, p. 124)

Embora o Sodré (1962) não apresente detalhes a respeito das relações de trabalho, uma discussão detalhada seria de suma importância, esse seria outro momento em que se poderia verificar tais relações de trabalho servis.

A natureza do trabalho nos currais, a ausência do proprietário, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim o sistema de produção da pecuária não exigiria o trabalho escravo, adaptando-se melhor as formas de servidão...” (GUIMARÃES, 1994, p. 64)

O início da pecuária eram latifúndios tipicamente feudais, em que o proprietário se distanciava da produção, recolhia seus ganhos de forma parasitária a partir da renda agrária, os vaqueiros eram servos, que recebiam em sua maioria pelo sistema de quarta. (1/4 das crias). (CUNHA, 1940, apud GUIMARÃES, 1964) Havia quem era senhor das terras e do pastoreio e quem trabalhava para os mesmos e era expropriado, pelo regime da propriedade latifundiária colonial vigente:

O regime de trabalho do pastoreio não se funda, pois, na escravidão, mas num sistema peculiar em que o soldo se pagava em fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo de sal, e em crias do rebanho. [...]O criador e seus vaqueiros se relacionavam como um amo e seus servidores. Enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre os bens. (RIBERO, 2014, p. 271-272)

Embora reduzidas frente à massa de escravizados. Eram regiões distantes do poder do Estado, as reduções das trocas devidos ao declínio das outras regiões, estimulou esses tipos de relações. (SODRÉ, 1962)

As disputas pelas terras na região sempre foram acirradas, como expressão dessas disputas e pela sobrevivência temos os cangaceiros e coronelismo por outro lado, na conformação de verdadeiras milícias para manter o poder local. A *guerra de canudos* expressa bem essa disputa e a necessidade do poder central aliado aos latifundiários a reprimir qualquer desenvolvimento autônomo que não submetessem aos seus interesses. (RIBEIRO, 2014)

4.3.3 Maranhão e Amazônia

Outra área que se identifica uma diferenciação, é a que ocorre nas capitâneas do maranhão e amazônica, assim apresenta Sodré (1962): por conta da geografia e estrutura da natureza, impossibilita grandes extensões da agricultura, as redes fluviais facilitavam a penetração região a dentro. O conhecimento indígena, a respeito dos recursos e sua capacidade coletora pré-existente serão utilizadas e marcará a economia do local. Por vezes os colonos tentam escravizar os indígenas, dizimando milhares e forçando a retirada de outros para trabalhar em regiões distantes, sem nunca retornarem às suas aldeias. Entrando em conflito com

missionários. Que por sua vez eram os únicos a conseguirem organizar a produção na região utilizando força de trabalho indígena, afim de financiar suas obras e garantir seus sustentos.

A produção da região também foi fornecedora de mercadorias para o exterior cacau, especiarias e plantas medicinais de interesse para mercado externo. Produtos necessárias restringidas pelo oriente por conta de conflitos que Portugal perde espaço para Holanda. (SODRÉ, 1962)

Ora, quando isso acontece, a ocupação amazônica deve repousar sobre a rede das missões. Só elas dão sentido de povoamento e de exploração econômica ao vale. Sobre a sua estrutura funda-se o surto comercial das drogas do sertão. A Amazônia substitui o Oriente como fonte de especiarias. Mas só substitui porque o missionário organiza, nas suas aldeias, entidades produtoras de proporções relativamente grandes, protegidas pelas isenções, dominando a mão-de-obra local e aproveitando ao máximo a sua aptidão natural para a coleta florestal. (SODRÉ, 1962, p. 130)

Em uma citação de Moacir Paixão, Sodré (1962) apresenta a caracterização da relação de trabalho e de produção:

Se “homens livres”, os índios, na verdade, eram escravos. Se a propriedade da terra lhes dava liberdade econômica, seu papel real era o de servos da gleba, sujeitos a uma rigorosa fiscalização, e com o produto de seu trabalho absorvido pelo diretor da missão, “que o aplicava em proveito de sua igreja, da sua ordem, ao passo que só concedia aos trabalhadores, em compensação, o necessário para viverem e uma escassa instrução cristã.

Todos, já se vê, trabalhavam mediante o salário legal, que era de duas Varas de algodão grosso por mês, ou sejam vinte e um mil- réis em poder aquisitivo de hoje. Dessa obrigação somente estavam isentos, por dois anos, os recém-aldeados, “para que tivessem tempo de se instruírem na fé e acostumarem ao trabalho”. (PAIXÃO E SILVA, 1940, p. 18 apud SODRÉ, 1962, p. 131)

De toda forma, vemos mais uma vez o modo de produção se desenvolver de outra forma. Por vez *escravo* dos colonos, por vez servos destinado ao trabalho, nas mãos dos jesuítas, que se apropriava da renda-produto, fruto do trabalho especificamente realizada pelo indígena.

O trabalho realizado pelos indígenas dessa região coletora, tinha que ser desenvolvido de forma específica, qual tal não seria possível o trabalho forçado. Tanto que ao expulsarem os Jesuítas, a estrutura produtiva fora desmantelada:

O regime pombalino, com a expulsão jesuítica, e o choque local entre os colonos leigos e os missionários, arruína a estrutura das missões como organização produtora. (SODRÉ, 1962, p. 131)

Sodré (1962) apresenta ainda que conflitos e instabilidades marcam o início da vida econômica no maranhão. A mudança desse quadro se desenvolve com a possibilidade da agricultura, a partir da produção de algodão, produto de alta demanda europeia. Surto causado

pelo desenvolvimento industrial inglês na segunda metade do século XVIII e por outro lado pelas quedas no fornecimento do produto por parte dos EUA, ao qual se encontrava em processo de independência. Possibilitando assim a instalação da produção semelhante com a açucareira com implementação da mão de obra africana escravizada.

4.3.4 Expansão aurífera

Essa estrutura produtiva irá desenvolver-se paralelamente, de grande influência na economia colonial e impactos internacional, será extração do ouro. A expansão aurífera se deu num período de declínio das outras áreas produtivas coloniais e de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, principalmente na Inglaterra. (SODRÉ, 1962)

Sodré (1962) alerta que a extração do ouro não dará por minas, como se imagina. A técnica de exploração era de lavagem e bandeirismo, pois eram região dispersas e longínquas do litoral, esgotando rapidamente, obrigando a movimentação contínua dos mineradores.

De toda forma a exploração atraiu muitos interessados, ocasionado um surto demográfico e imigratório europeu. Por tais condições, Sodré (1962) indica que a terra perdia seu valor, o interesse era o ouro dispersos em vastas áreas, o que se disputava era o *título de concessão para minerar*.

Segundo Sodré (1962) o trabalho escravo será utilizado também, mas de forma distinta da organização na agricultura, permitindo muitas vezes o “*trabalho longe do proprietário, trabalho por tarefa e até o trabalho por conta própria, com uma contribuição ao senhor.*” (SODRÉ, 1962, p. 137).

A mineração permite como nenhum modo antes a implementação do *trabalho livre autônomo*, por isso atraindo muitas imigrantes, que com poucos recursos poderiam integrar-se à extração dos metais. O número de *trabalhadores livres* era maior do que escravizados, e se verificava inúmeras empresas pequenas, ao invés de poucas grandes empresas que se verificava na produção de açúcar. Uma hermética social se desenvolvendo, rompendo com as características clássicas da estrutura colonial. (SODRÉ, 1962)

Sodré (1962) aponta que tal surto contribui para o surgimento de uma camada média, ampliando a quantidade de trabalhadores livres e do mercado interno. As contradições entre colônia e coroa se intensificam devido aos conflitos, relativos à taxaçoão espoliativa e do monopólio exercido pela coroa, que não serão bem aceitas, resultando na Inconfidência

Mineira, ainda sem forças para conter o domínio metropolitano, que irá se concretizar poucas décadas depois.

De toda forma expansão aurífera proporciona um fôlego para economia colonial, cujo surto impulsiona o **mercado interno**, aumentando poder de compra dos exploradores, interligando e atraindo outras áreas produtivas. Principalmente ao que se refere a demanda de gado para consumo e para transporte:

A elevação dos preços gera, no altiplano, o mecanismo de irradiação de efeitos que atingirá áreas as mais longínquas. Aquela elevação corresponde a uma capacidade aquisitiva extraordinária. Ela não é extraordinária apenas pelos índices que alcança, isoladamente. É extraordinária porque generalizada. Mantendo-se, no decorrer de um período relativamente longo, provoca um constante rateio dos lucros, através do mecanismo das trocas. (SODRÉ, 1962, p. 138)

Os rendimentos difundidos iram proporcionar o aumento de consumo dos produtos manufaturados europeus, onerados pela taxaço implementada pela coroa, que controla o monopólio do comércio:

A alteração importante está na transformação de área quase tão-sòmente produtora em área consumidora e produtora. Desde que essa transformação se define, a função metropolitana fica reduzida, e nisso destacada, à simples intermediação, com os ônus que isso acarreta para o produtor europeu e para o consumidor colonial. (SODRÉ, 1962, p. 139)

4.3.4.1 O ouro subvenciona o capitalismo Inglês

Sodré (1962) demonstra que o monopólio era uma das formas de expropriar da colônia, a partir do mercado consumidor que estava em desenvolvimento. Era necessário do ponto de vista da economia metropolitana, afetadas até então por contínuas desvalorizações cambiais, causadas pelas diferenças na balança comercial. Que pagará com a exploração do ouro os tecidos ingleses. Embora a colônia era de domínio português, nesse momento de forma indireta, a economia já estava subvencionada em partes pelo império inglês em ascensão, vide Tratado de Methuen, de 1703:

O acordo de Methuen constituiu um ponto de referência importante na análise do desenvolvimento econômico de Portugal e do Brasil. (...) 'É mais ou menos evidente que Portugal não podia pagar com vinhos os tecidos que consumia, carecendo o acordo de Methuen de base real para sobreviver. Ocorre, entretanto, que o ouro do Brasil começou a afluir exatamente quando entra em vigor o referido acordo. De início em volume limitado e, uma dezena de anos depois, já em quantidades substanciais. Criaram-se, assim, de imprevisto, as condições requeridas para que o acordo funcionasse, permitindo-se-lhe operar como mecanismo de redução do efeito multiplicador do ouro sobre o nível da atividade econômica em Portugal. Por um lado,

a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automaticamente para a Inglaterra sem nenhum efeito sobre a economia portuguesa que não fosse a renda criada por algumas comissões e impostos. Por outro, o aumento dos gastos públicos — gastos correntes ou inversões não reprodutivas — logo se filtravam em importações com um reduzido efeito multiplicador sobre outras atividades produtivas internas.” (FURTADO, 1959, p. 100-101 apud SODRÉ, 1962, p. 154)

Compreender os modos de produção desenvolvidas na colônia, não significa negar a importância do mesmo para o desenvolvimento capitalista, muito pelo contrário, tal relação está atrelada, um império como de Portugal, atrasada relativamente aos vizinhos europeus, para manter os privilégios sem desenvolver-se, só será possível compensando com exploração nas colônias.

Levanta Sodré (1962), que uma grande parte da destinação do ouro será à Inglaterra, fortalecendo uma das condições necessária para transição ao capitalismo sob regime de trabalho assalariado. O ouro, moeda de lastro internacional da época, permitirá a acumulação de uma “*massa de dinheiro suficiente para circulação e para a constituição de um fundo de reserva*” (SODRÉ, 1962, p. 141). Sodré ainda apresenta essa relação estudada por Marx:

O modo de produção capitalista baseado no salário, o pagamento desse salário em dinheiro e, em geral, a transformação das prestações em espécie em prestações em dinheiro, não se pode desenvolver em toda a sua amplitude e toda a sua profundidade requeridas se não existe no país uma massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de um tesouro, de um fundo de reserva. Tal é a hipótese histórica. Não é o caso de imaginar, entretanto, que se forma primeiro um tesouro suficiente e a produção capitalista só começa em seguida. Esta produção se desenvolve ao mesmo tempo que suas condições, e uma dessas condições é um afluxo suficiente de metais preciosos. Foi por isso que o crescimento desse afluxo de metais preciosos constituiu, desde o século dezesseis, um fator essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista.’ (MARX, Le Capital, 1949, p. 150, V II. Apud SODRÉ, 1962, p. 156)

Compreende-se assim que a partir das trocas acordadas entre Portugal e Inglaterra, favoreceu nessa acumulação de metais e na construção da acumulação em dinheiro necessária para empreendimentos industriais.

Quando a extração do ouro entra em declínio, e a grande massa de trabalhadores dedicadas a produção aos poucos vão se dispersando nas regiões. O declínio da produção aurífera, leva a um definhamento, e o estabelecimento de outros tipos de relações, ao qual é comum caracterizá-las de *economias de subsistência* (FURTADO, 1959, p. 104 Apud SODRÉ, 1962, p. 153).

4.3.5 Pastoreio Sulino

Em relação ao sul, Sodré (1962) relata que a destruição das reduções Jesuítas já apresentada, deixou em abandono os rebanhos de *gado vacuum* que os missionários criavam. Em seguida as áreas do sul são povoadas gradativamente, o gado reaproveitado, mas sempre isoladas do restante da colônia, também em grandes partes se encontrava num *vegetalismo*, os *gaúchos* assim chamados ocupavam uma região fronteira, sem uma delimitação inicialmente.

Será com o processo do surto aurífero que contribuirá para o desenvolvimento do **mercado interno** na vida colonial, dará possibilidade dos rebanhos de gados sem donos, serem comercializados, servidos de alternativa para transporte terrestre e alimentação. Transformando o gado, em mercadoria o que antes era bem natural. A disputa pelo rebanho e as lutas pelas pastagens serão frequentes, e os *indígenas mestiços*, recrutados pelos tropeiros, trabalhariam pela alimentação que até então estava aos montes dispersadas pela região. (SODRÉ, 1962)

O mecanismo de irradiação de efeitos adquire, na mineração brasileira, uma extraordinária intensidade e atinge quase toda a extensão territorial da Colônia, ultrapassando-lhe mesmo os limites: reflete-se na área açucareira e na área pastoril sertaneja, reflete-se na área pastoril sulina e projeta-se além dela, para refletir-se na área platina. (SODRÉ, 1962, p. 43)

5. CARACTERIZAÇÃO COLONIAL E INDEPENDÊNCIA

De forma geral, a economia colonial é voltada para o mercado externo, atendendo aos seus interesses, utilizando majoritariamente a escravidão africana como força de trabalho quando essa atendia as condições para produção e ganhos extraordinários.

Se por sua vez há brechas na economia colonial para identificação da *feudalidade*. A transição direta da escravidão para um dito trabalho “livre” permite mais ainda. Será na desintegração do escravismo que Sodré apontará principalmente a consolidação do modo de produção feudal. Composta por um gama de acontecimentos, relacionados com o processo de independência e o desenvolvimento exponencial de economias imperialistas, não necessariamente monopolista no primeiro momento, mas com tendências nesse sentido, atreladas a exploração de economias coloniais.

A crises de exportação de produto no Brasil-Colônia, é compensada com um novo ciclo de um outro produto exportador, como ocorrerá em sequência com o algodão e o café. O que se necessita para reproduzir a vida na colônia é relativo, pois alguns poucos da classe dominante colonial importavam roupas com tecidos bem acabados, utensílios, até alimentos e outras regalias, por outro lado, muitos padeciam na pobreza e necessitava antes de tudo sobreviver em meio a condições degradantes. Se ao debilitar o setor comercial exportador, as condições de produção dificultavam e era necessário por outros meios garantir o que se necessitava. (SODRÉ, 1962)

A partir da compreensão de Sodré (1962), essa característica colonial irá influenciar permanentemente a economia, na estrutura produtiva, a divisão do trabalho, na distribuição do excedente produtivo, na divisão e concepção das classes, determinada por diversos regimes políticos. Seja ainda no período de domínio Imperial, presente na metrópole portuguesa ou transferida para colônia; seja no período de independência; em confluência com conturbadas transformações internacionais; seja no período da república, com a fase de regime oligárquico, em paralelo com consolidação do imperialismo monopolista capitalista. Para permanecer por tanto tempo, há de ter quem se beneficie de tal relação, no caso a classe dominante de senhores de terra e escravos, que até então estavam atreladas à metrópole.

Como todo e qualquer produtor, o Brasil precisava de vender para poder comprar; mais do que qualquer outro, porém, visto ser essa sua única riqueza, colher para logo exportar, em lugar de produzir para ir acumulando. **Ainda hoje assim acontece, porque vivemos do excesso imediato da nossa produção agrícola e extrativa.** (LIMA, 1945, apud SODRÉ, 1962, p. 203, grifo meu)

Segundo Sodré (1962), as contradições entre a colônia e coroa permanecem, a primeira responsável pela produção é contraída pelo segundo, responsável pelo comércio. A metrópole colhia seus lucros extorquindo a partir de impostos, taxas, fretes, juros do capital empregado, monopólios e estancos, restringindo cada vez mais o desempenho da colônia, impactando não só os trabalhadores da colônia, os primeiros sempre a sofrer com o caráter da exploração, mas também setores produtivos não exportadores e consumidores também. Quem não havia compromisso direto com a coroa, como os senhores de terra e escravos que estavam totalmente atrelados à coroa, serão os primeiros tencionarem esse processo de rompimento.

Sodré (1962, p. 162) levanta alguns dos conflitos importantes a ser considerado além dos conflitos contínuos entre indígenas e colonizadores, da devida importância aos conflitos e levantes dos escravizados contra os senhores de engenho, citando o trabalho de Clóvis Moura em *Rebelião das Senzalas*, mas também a *Guerra dos Mascates*, *Guerra dos Emboabas*, *Inconfidência Mineira* e também os conflitos entre consumidores e monopolizadores como a *rebelião maranhense de Beckman*.

Os países colonizadores se desenvolvem e o papel produtivo da economia colonial em crise não se modifica, ainda continua como fornecedor de matéria prima, agora o algodão, também utilizando a mão de obra escrava. O processo de supremacia do capital industrial sobre o comercial em sua última fase convencionou-se chamar de *Revolução Industrial*. (SODRÉ, 1962)

Isso não significa que o mundo a partir de então se torna capitalista, seria um erro relativo à confusão inicialmente apresentada. O capitalismo subvenciona as economias colônias, e entrava seu desenvolvimento, as nações pioneiras como a Inglaterra, não querem um competidor a mais, desejam sua incapacidade de produzir, desejam de certa forma dominar os mercados existentes:

É necessário distinguir entre aquelas colônias que servem os países capitalistas enquanto regiões de escoamento das suas populações excedentárias e que se tornaram extensões do sistema capitalista (Canadá, Austrália, etc. ...) e aquelas que são exploradas pelos imperialistas como **mercados de escoamento de mercadorias**, como **fontes de matérias-primas** e como **áreas de investimento de capital**...

[...] A exploração capitalista em cada nação capitalista desenvolveu forças produtivas. As formas coloniais específicas de exploração capitalista **impedem sempre o desenvolvimento das forças produtivas das colônias**[...]. (LENIN, 1928, grifo meu)

Os tecidos, um dos produtos mais comercializados, sobre outra alteração na técnica, irá impactar nas colônias, é substituição da lã pelo algodão, cuja produção era de origem tropical,

chamados gêneros coloniais. Estados Unidos sob regime de produção escravista é um dos principais fornecedores da matéria-prima aos Ingleses, porém, sofrera perturbações durante o processo de independência, o Brasil irá substituir e fornecer tal matéria-prima imposta por surto de demanda. Quadro que irá se modificar posteriormente com o retorno e domínio dos EUA na maioria da produção de algodão. Nesse sentido o interesse às matérias primas das colônias lusas é minimizado. (SODRÉ, 1962)

Nessa nova ordem de reprodução, Sodré (1962) analise que o capital precisa expandir-se, e conquistar maior quantidades de mercado possíveis. Assim, expresso nos acordos com Portugal, e também de produtores europeus em geral, os interesses principais sobre a colônia brasileira, era relativo ao seu mercado em potencial, desenvolvido principalmente após o surto aurífero, porém, estagnado pelo regime de trabalho escravista e barrado pelo monopólio comercial. Segundo Sodré (1962) os ingleses pouco interesses tinham na condição de fornecedor matérias-primas, cuja necessidade podia ser sanada por outros fornecedores.

Há uma reciprocidade de efeitos entre a mineração do Brasil e a transformação econômica e social que se processa no ocidente europeu. De um lado, o ouro gera o mercado interno e alimenta e impulsiona o desenvolvimento capitalista inglês. De outro lado, o desenvolvimento capitalista inglês volta-se para o mercado brasileiro gerado pelo ouro e disputa-o. (SODRÉ, 1962 p. 169)

Sodré (1962) acrescenta que na própria Europa, onde não predomina o capital industrial, predomina-se o capital comercial nas mãos das forças feudais retrógradas, que se sustentam na exploração colonial, principalmente as luso-espanholas, resistentes aos seus monopólios comerciais. Perante a isso há uma contradição entre essas referidas forças e a hegemonia do capital industrial em ascensão.

A classe senhorial na colônia não tinha interesses *anti-metropolitanos*, ainda via sentido nesse vínculo, pois era seu intermediário comercial, ao contrário da massa de trabalhadores, escravizados em sua maioria, como já levantado, que ao rebelarem-se, eram fortemente reprimidos com a ajuda da metrópole. O domínio monopolista comercial português sobre essa relação, tinha essa razão de ganhos como intermediário, por isso não deixaria facilmente.

Sodré (1962) aponta que é com a diminuição das exportações de açúcar e a estabilização das vendas de algodão, iniciando uma crise estrutural, que a contradição entre a classe senhorial e metrópole irá se aguçar, convergindo com os interesses ingleses, mas ao mesmo tempo, nem um pouco interessados em acabar com regime de trabalho escravo, pois

prejudicaria sua competitividade das exportações coloniais, reduzindo seus ganhos. Quadro que mudará posteriormente com a produção de café e o avanço capitalista. “Os elementos da classe senhorial, ainda quando começam a sentir a contradição que os separa da Metrópole, estavam interessados em continuar a ser senhores de terras e de escravos e de servos.” (SODRÉ, 1962, p. 176)

Tal contradições levou a diversos conflitos durante o século 19, como tentativa de impedir o tráfico negreiro. Inutilmente pois o tráfico não cessou, e ainda assim, contava com crescimento vegetativo da massa de escravizados que permanecia na colônia (SODRÉ, 1962).

Segundo Sodré (1962) as forças internas exploradas e mais interessadas não adquiriam condições suficientes para tal emancipação, ficando à mercê da classe dominante e de seus interesses para realização do movimento. Os conflitos internacionais terão grande papel nesse processo. Assim que a França sobre o poder Napoleônico invade Portugal e Espanha, afim de bloquear a Inglaterra do comércio europeu e seus peninsulares, a corte metropolitana portuguesa se transfere para o Rio de Janeiro e alia-se a Inglaterra. Não necessitando entrar em maiores detalhes para o seguinte trabalho. O importante a ser frisado é que, o fato da transferência da corte à colônia derruba o monopólio comercial, a metrópole tentaria retornar após situação antiga de intermediária, mas sem sucesso.

Como dito, segundo Sodré (1962) para além do algodão e o couro, os interesses ingleses no Brasil era seu mercado consumidor. O interesse no mercado consumidor será intensificado com o desenvolvimento capitalista, que via grandes oportunidades nas nações atrasadas no sentido das forças produtivas, para consumir o que não haviam condições para produzir, e para isso haviam de continuar atrasadas, atreladas ao seu sentido colonial. Por isso é cabível designá-las ainda **como colônias**, não sendo de fato, com domínio político direto, mas submetida economicamente no mesmo sentido:

A situação colonial, por isso mesmo, é muito mais caracterizada, no campo econômico, — pelo modo de produzir as mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir, — do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole. (SODRÉ, 1962, p. 188)

Inicialmente a abertura dos portos, parecerá em um sentido liberal, mas favorecerá principalmente a Inglaterra, que garantia a partir dos seus acordos, benéncias comerciais. (SODRÉ, 1962)

A partir de Sodré (1962) pode-se interpretar que a “independência” não excluiu a extorsão comercial, obtinha apenas outro caráter, a diferença é que os ganhos não são

transferidos para uma metrópole, permanecem, sob domínio de uma classe dominante. Pouco retornava para atender as necessidades das classes exploradas. Essa relação também permanecerá, se observarmos com atenção a economia brasileira, prejudicando não só as classes mais baixas, mas também a classe média.

A Independência é, assim, uma empresa capitaneada pela classe dominante colonial, que a configura segundo os seus interesses:

- manter intacta a estrutura de produção, no interior;
- aliar-se à burguesia européia, no exterior. (SODRÉ, 1962, p. 189)

Nesse sentido, Sodré (1962) relata que a classe dominante teria de articular o próprio estado e dar vigência para as todas extensões territoriais, que por conta do período de instabilidade econômica, e das dificuldades encontradas pelos gêneros coloniais exportados. As rebeliões provinciais, exigia da classe dominante cada vez mais a necessidade um poder estatal central como “*instrumento de classe*” que exercesse sobre todo território afim de assegurar o “*regime que lhe serve*”. (SODRÉ, 1962, p. 195)

Nessa estrutura econômica debilitada, junto aos conflitos com as províncias e a necessidade de restabelecer o estado é que se encontra as poucas alternativas, uma opção era aumentar as exportações seguidas de taxas, recaindo assim sobre a classe dominante, que por questões óbvias preferiam não pagar, e assim, transferir para o restante da população e frações da classe dominante não ligadas a exportação: “*dos contribuintes de classe média, dos produtores que supriam o mercado interno e das importações.*” (SODRÉ, 1962, p. 195)

No início do século XIX faz parecer que esses conflitos representam contradições entre províncias e governo central, mas na materialidade, são conflitos entre as classes dominantes, representadas pelos modos de produção de cada região e as classes dominantes em poder do governo central:

Quando ocorrem tais lutas, são ligadas ao quadro provincial: se acontece em zona açucareira, parece tratar-se da Província de Pernambuco; se ocorre em zona pastoril, parece tratar-se da Província do Rio Grande do Sul; se acontece área econômica coletora, parece tratar-se da Província do Pará. As províncias são, entretanto, meras abstrações, que dão a idéia do geral, de sua moldura física. O essencial não está nas províncias, mas nas classes, em consequência do modo local de produção, de suas peculiaridades. (SODRÉ, 1962 p. 197)

Além da taxa extorsiva, o estado em crise emitia moeda para suprir os déficits comerciais, ocasionando na desvalorização da moeda e aumento dos produtos importado de amplas necessidades. Além disso a tomada de empréstimos ingleses para suprir tais diferenças

negativas na balança comercial. Empréstimos que retornavam para o consumo dos seus produtos:

Tais empréstimos visam a esfera da circulação e não a da produção. Não se destinam a investimentos, a abrir áreas novas, a introduzir técnicas novas: destinam-se a cobrir a diferença na balança do comércio externo e tão-somente a isso. Esgotam-se na esfera da circulação. Operam como simples financiamentos da exportação inglesa. Não alteram a estrutura da produção brasileira, com sentido positivo, mas têm um claro sentido negativo porque concorrem para onerar a exportação com o serviço das dívidas. (SODRÉ, 1962 p. 196)

Veja, a estrutura produtiva condiciona as alternativas, fecham o cerco das possibilidades, necessitando medidas paliativas, sem resolver o que há de fundamental. Qualquer semelhança com as medidas atualmente tomadas, não é coincidência, apenas se aperfeiçoaram, esse é o passado colonial, suas consequências, decisões referentes à administração do estado, afim de conter as contradições e manter o regime de poder.

O sistema latifundiário feudal-colonial está constituído para exportar toda para exportar toda a sua produção, e ao fazê-lo, por definição, exporta também parte da renda e dos lucros produzidos, cedendo-os aos trustes compradores internacionais. (GUIMARÃES, 1994, p. 34)

Em seguida Sodré (1962), levanta que após o declínio da mineração, não há coincidência entre o poder econômico e poder político, a classe dominante é representada conforme suas diversas atividades de exploração em diversas regiões do Brasil, de toda forma, a classe dos senhores de engenho se destacava naquele momento. Entre as divergências internas da classe dominantes, a principal seria a “*necessidade de aumentar a exportação, deixando-a livre de taxas.*” (SODRÉ, 1962, p. 198)

Sodré (1962) apresenta que no aflorar dessa contradição e de muitas outras, é que surgira o surto do café, modificando o quadro brasileiro, desenvolvendo por todo o século XIX. Negócio que comportaria as exigências de uma economia colonial, agrária e exportadora, com pouco recursos, sem mercado interno completamente integrado e sem possibilidades de um desenvolvimento industrial.

Será o pilar estrutural da classe de senhores de terra e escravos. O que também permanecia, era a vinculação ao mercado externo, dando assim continuidade à estrutura colonial de produção. (SODRÉ, 1962)

6. A DESINTEGRAÇÃO DO ESCRAVISMO E A SERVIDÃO

Os cafezais podem ser considerados o primeiro empreendimento legítimo brasileiro, responsável pela sua organização, da esfera da produção à esfera da comercialização, já não mais interferida pela metrópole, possibilitando grande concentração de riqueza e pouco a pouco, possibilitando algumas mudanças na estrutura produtiva. (SODRÉ, 1962)

6.1 OS CAFEZAIS

Com o café contribuindo com saldos positivos na balança comercial a partir de 1840. Ano marcado pelo golpe da maioria e fim do período de regência, reestabelece o centro de gravidade político com o poder econômico, permitindo fortalecimento da autoridade central. (SODRÉ, 1962)

O poder do estado estava sobre domínio das classes dos senhores de terra e de escravos ligados a produção e café. Está continua a onerar o restante da economia, travando seu desenvolvimento, na medida que seus interesses estão voltados para exportação, agora, seu principal consumidor, será os Estados Unidos. O acordo com Inglaterra cessa em 1843, e a contradição referente ao trabalho escravo se intensifica. (SODRÉ, 1962) Entre 1821 e 1841, os americanos haviam acrescido o consumo pelo café brasileiro, de 30 gramas para 2,5 quilos por habitante. (GUIMARÃES, 1964)

O grande diferencial da produção de café é que seu desenvolvimento se dará em paralelo com o desenvolvimento capitalista industrial, no restante do mundo, permitindo uma expansão crescente da demanda, mas que por outro lado está a suscetível as tendencias baixistas dos trustes internacionais. Assim essas pressões forçavam melhorias na produtividade e o desenvolvimento das forças produtivas. (GUIMARÃES, 1964)

Em 1843 é lançada a lei tarifária Alves Branco sobre as importações e os ingleses responde aumentando taxas do açúcar brasileiro em relação aos outros. O Brasil compensa a perda com as exportações de café. Inicia-se o desinteresse pela mão de obra escravizada por questão da produtividade. Abre espaço para imigração e a implementação da parceria do cafezal do colono. (SODRÉ, 1962, p. 227) Em São Paulo, a implementação de maquinários e trabalhadores “livres” foi decisivo para desintegrar o escravismo em suas produções. A produção para exportação de 5,6 milhões de sacas em 1889 salta para quase 10 milhões, 10 anos após. (GUIMARÃES, 1964)

No primeiro momento a cultivo do café, conta com as velhas relações, da grande propriedade e do trabalho escravista. no segundo ciclo que se desenvolve paralelamente por muito tempo, comporta relações de trabalho “livres” e mudanças na estrutura produtiva. (GUIMARÃES, 1964)

Apenas na área fluminense, ao qual teve um bom desenvolvimento do cultivo, chegou a empregar de 300 mil a 400 mil escravizados, e quando cessa o tráfico, demanda-se mão de obra do Nordeste das áreas açucareiras, os preços das aquisições, aumentavam ainda mais afetando a economia latifundiária, que por sua vez, começava a visualizar a necessidade da mudança nos regimes de trabalho. A implementação do maquinário, foi a abertura para trabalho não escravizado, exigindo uma qualificação, ao qual era estritamente negado aos trabalhadores escravizados adquirir qualquer conhecimento que contribuísse na sua emancipação. (GUIMARÃES, 1964)

[...] o traço permanente e comum nos dois ciclos é a forma de propriedade territorial, o monopólio feudal da terra, como principal meio de produção [...] E graças a êsse domínio foi que manteve intacto o poder extraeconômico que lhe asseguraria a substituição do antigo regime de trabalho escavo pelo “novo” regime de trabalho, êste supostamente livre mas de fato tão prêso ao passado escravista e tão eivado de medievalismo que se identificava, verdadeiramente, como servidão da gleba. (GUIMARÃES, 1964, p. 75)

Será a alternativa para uma classe dominante eugenista, que não permitiria a liberdade para o negro escravizado e acreditava na superioridade do trabalhador ariano, única capaz de se comportar dentro do trabalho “livre” (Que como veremos há muita fragilidade nesse termo), impulsionando assim a imigração europeia, tendo em vista o fim da escravidão eminente.

6.2 A FARSA DO TRABALHADOR “LIVRE”

A desintegração do escravismo, compreendida na obra de Sodré (1962), não cede espaço a uma determinada liberdade disseminada culturalmente. Até mesmo aos que combatem tais ideologias, se privam do entendimento mais amplo do processo espoliativo na história do povo brasileiro, por não considerar a possibilidade da *servidão* inserida em meio a esse processo.

No fundo o Brasil, na visão da classe dominante de origem europeia, não poderia ser uma nação negra, pois sua ascensão poderia se voltar contra eles. A liberdade para a massa de escravizados é concede-los a propriedade de terra ou torna-los assalariados, o termo trabalhador “livre”, apenas serve para confundir tal caracterização, o trabalhador “livre” na produção

capitalista é o trabalhador assalariado, a utilização do termo em certas circunstâncias é a negligência da realidade, pois de livre pouco tinha. “*O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc.*” (MARX, 2008, p. 258) Assim o emprego do trabalho livre serve apenas para designar o trabalho não escravo.

Em condições normais, a transformação do trabalho escravos em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam transformados em trabalhadores assalariados. Ora, isto não ocorreu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecesse intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo. (SODRÉ, 1962, p. 253)

Em um império cuja produção agrária e propriedade da terra é o cerne do poder da classe dominante, tal concessão não seria realizada. Muitos estudos como do próprio Clóvis Moura (1994), demonstra o projeto político eugenista articulado, para travar seu desenvolvimento, dificultando as possibilidades de adquirir terras. Clovis, estudou detalhadamente o escravismo e caracteriza uma segunda fase, ao qual denomina de *Escravidismo Tardio* em que se processa a *decomposição do escravismo* a partir de 1851.

Daí ser a segunda fase do abolicionismo um movimento simpático a grandes grupos de interesses e poder agrário, especialmente em São Paulo. Os dois perigos estavam sob controle. O movimento imigrantista e a Lei da Terra, de um lado bloqueavam as grandes sobras da mão-de-obra nacional e – o mais importante – bloqueavam preventivamente a posse da terra pela massa escrava que iria sair, mas dia menos dia, das senzalas. O surto imigrantista iria impedir, por outro lado o acesso dessa massa ao trabalho em outras atividades, colocando-a como sobranje no processo. (MOURA, 1994, p. 100)

Nos negócios da exportação de matérias primas, a terra era fator fundamental e não poderia ser concedido de qualquer forma, havia de *privatizar* tal propriedade para assegurar o poder econômico e político. A desintegração escravista foi um processo longo, ao qual no momento que se encontrava em decomposição, sua eliminação era eminente. Por isso antes, precisava garantir que os mesmos não teriam acesso à terra. Assim fora promulgado a Lei de Terras em 1850 ao qual restringia o acesso à terra apenas por compra do Estado. Claro, isso se aplica as grandes massas, pois a classe dominante continuou a adquirir terras de forma ilegal, processo conhecido hoje por *grilagem de terras*.

Guimarães (1964), que se atenta sempre à questão da apropriação terra, alerta sobre a questão da expansão da propriedade para cultivo de café em São Paulo, não hesitou em utilizar

a força e a brutalidade para expulsar pequenos proprietários de terras sem títulos ou posseiros. Prática frequente da expansão do latifúndio por todo Brasil.

No 1850, a Lei Euzébio de Queiroz também é promulgada, pressionado pelas forças inglesas pelo fim do tráfico de escravizados. Internamente a mão de obra escravizada permanece, mantidas pelo crescimento vegetativo da população como já levantado. (SODRÉ,1962; MOURA, 1994)

A desintegração da escravidão é um fator fundamental para compreender, que a dita liberdade dos escravizados não se deu num processo de mudança direto ao trabalho livre e muito menos trabalho assalariado.

Nesse tipo de conclusão, questiono: como podem ser livres, se não têm acesso a propriedade da terra, e precisa-se dela para produzir o que necessita? Como podem serem assalariados, se não tem sistema produtivo para tal e nem mercado plenamente desenvolvido para adquirir o que se necessita? (Lembrando que realidade brasileira, não é uma só, o que se pensa dos centros urbanos, como dito em sua própria nomenclatura é a realidade do centro, na periferia a realidade é outra, ou seja, no interior do Brasil a formação de mercado não era plena, para alimentação por exemplo não necessita de mercado) Porque a grande maioria não se tornou dignos consumidores? Para onde foram os milhões de escravizados e seus descendentes? Se se tornaram “livres”, porque necessitaram tanto impulsionar a imigração europeia?

Desde 1870, o govêrno imperial tomou a si as despesas de viagem, desordenando delas o senhor de terras e o imigrante. A situação européia deslocou o fluxo emigratório para o sul da Itália. As entradas ascenderam, rapidamente: dos 13.000, nos anos setenta, passa a 30.000, só em 1886; em 1887 será de 55.000; em 1888, da ordem de 133.000. O total para o último quartel do século ficou acima de 800.000, sendo quase 600.000 italianos. (SODRÉ, 1962, p. 251)

Essa é a perspectiva em que Sodré (1962;1980) traça para o futuro do escravizado compreendendo o quadro geral dos modos de produções, como é possível caracterizar a liberdade jurídica concedida, no sentido de deixar de ser propriedade de outro, e concluir que com isso seriam trabalhadores assalariados ou trabalhador livres sem obter propriedade da terra.

Por isso a essa categoria, ou melhor dizendo, falsa categoria “*trabalhador livre*” pode ocorrer a diversos erros fundamentais. O trabalhador livre no capitalismo é o trabalhador assalariado, e conforme Sodré (1962) e Guimarães (1964) não seria possível essa transição em tal estrutura produtiva.

6.3 SERVIDÃO E LEGALIDADE ESCRAVISTA

Guimarães (1964), reiterava que no processo de decomposição da escravidão, muitos escravizados já acumulava relações em parte servil, ao qual parte do seu trabalho era empregado no cultivo em terra que lhe era cedido, onde tirava para sua alimentação, e as vezes podendo comercializar.

Clóvis Moura (1994), ao tratar do assunto, no qual contraria explicações de outro sociólogo, no sentido apresentado acima, identificam situações embasadas em teses ditas da *brecha camponesa*, onde buscam demonstrar uma certa liberdade concedida aos escravizados antes de 1888, tentando caracteriza-los como *camponeses*, ou seja, trabalhadores livres, como afirma o sociólogo, relutante por essas definições.

O trecho *brecha camponesa* foi criado por Tadeu Lepkowski para designar um tipo exploração agrícola individual ou familiar do escravo em terra do seu senhor, para o seu sustento e da sua família. Em alguns casos, havendo excedente o escravo poderia, dependendo da autorização implícita ou explícita do seu senhor, comercializá-lo ou acumulá-lo. (MOURA, 1994, p. 28)

De fato, é muito difícil sustentar essa característica de *camponês*, ou seja, trabalhador livre, ao trabalho do escravizado ainda sobre propriedade do senhor, como aponta o sociólogo. Fugir da condição social de escravizado, a partir da construção de uma possível benevolência dos senhores de terras que ainda detinham sua propriedade e exercia a força legítima do trabalho compulsório, se quisesse, é muito questionável. Concede-los parte da terra para sua subsistência ou até mesmo para pequenos ganhos, não eram suficientes para tirarem o seu caráter de *coisificação*.

Em primeiro lugar dá a entender a existência de uma *brecha* de trabalho camponês (de homens livres, portanto) dentro da área agrícola da economia escravista. Isto porque o termo camponês, ao contrário do que alguns dizem, é claro e já definido conceitualmente nas ciências sociais, incluindo-se a economia. Significa um homem livre (juridicamente livre) o qual através do seu trabalho, explorado pelo proprietário da terra, ou na sua, se é possuidor de uma gleba, insere-se como trabalhador para comercializar aquilo que ele produz, quer para si ou para o proprietário da terra, quer para o mercado aberto mediante detalhes contratuais como respectivo dono – no caso ser proprietário – ou outros agentes mercantis se o for. Por esta razão (e outras) conforme já foi dito, a *brecha camponesa* na sua acepção restrita seria um trabalho agrícola executado por homens livres (camponeses) engastado na estrutura do sistema escravista. (MOURA, 1994 p. 28)

Por outro lado, sustentar a caracterização de um escravizado a partir do respaldo *jurídico* e não material e concreto da relação de trabalho, tem seu lado frágil, veja o próprio autor não nega esse tipo de relação, sustenta-se na fragilidade da legalidade.

Além do mais onde entra o caráter do *mestiço* em meio a essa análise *jurídica*, era escravo garantido por lei? Não, não era propriedade, desemboca na servidão muitas vezes, é a conclusão que Sodré fez:

Embora as estimativas sejam precárias, — de forma alguma havendo fontes estatísticas, — admite-se que os elementos que passam da escravidão à servidão sejam muito mais numerosos do que os que passam da escravidão ao trabalho livre. É importante considerar, no problema, a marca da côr, da pigmentação, que assinala o escravo, que o distingue como um ferrête. A população escrava evolui tanto para a servidão como para o trabalho livre; para êste, entretanto, com muita lentidão. **A servidão amplia-se com elementos mestiços, em que a marca originária de côr se atenua ou se dilui.** O trabalho livre amplia-se particularmente com a imigração. Há mesmo um esforço planejado, do govêrno imperial e do governo provincial paulista, no sentido de estabelecer a imigração como base para as alterações que ocorrem no campo do trabalho.” (SODRÉ, 1962, p. 245, grifo meu)

Além disso, continuamos a reflexão, o respaldo jurídico havia de ser aplicado pela força do estado ou do seu senhor, assegurado que não sofreria nenhuma consequência, se reprimisse. Assim com abolição a partir de uma lei não garante a liberdade como muitos defendem, o que os mantém nessa condição? É a repressão material da força e do medo, o seu senhor poderia mata-lo, tortura-lo sem responder por isso. Anteriormente a liberdade na prática, era a repressão sobre o escravizado para se mantê-lo trabalhando. “[...] o escravo era castigado sem necessidade de nenhuma norma de Direito, pois era uma propriedade privado do senhor e sobre ela o Estado não tinha o poder de intervir.” (MOURA, 1994, p. 26)

O que se busca atentar, é que grande parte se encontrava dependente, *servo* do seu senhor, sem alternativas, não havia necessidade de reprimi-lo, alguns estavam nessa condição por imposição social e não simplesmente por imposição das leis vigentes, além do mais, os **negros e indígenas mestiços**, não respondiam por uma dominação de *propriedade*, não eram *coisificados*, tratados como mercadoria, mas sim submissos as condições materiais impostas de domínio de propriedade dos meios de produção.

Buscar tal explicação pra alguns podem se pensar que se ameniza a caráter do escravizado e numa possível benevolência do senhor. Muito pelo contrário a servidão é a continuidade mascarada da subalternização do ex-escravo, que se desenvolve no campo.

Porém, o que se pode refletir da fragilidade desse pensamento *jurídico*, é que, se a partir do momento em que é abolida a escravidão juridicamente, e tais relações de trabalhos dão

continuidade, podemos caracteriza-los como outra forma de trabalho que não é *livre* e nem *escravista*. Nem camponês dito como trabalhador livre, e nem escravo juridicamente liberto e sim abrindo possibilidade para caracterização da servidão.

Isolar a caracterização de um trabalhador “livre” perante ao caráter jurídico a um escravizado, não é tão simples quanto argumentar perante a formação de um trabalho servil eminente, em formação, cuja integralização se dará após a abolição como sustenta Sodré (1962).

Para Clóvis Moura (1994), o assalariado do campo é um operário e é relativo ao modo de produção capitalista, de forma geral, pode se considerar. E o camponês é um trabalhador *livre* relativo ao modo de produção feudal? Questionável...

Exatamente por esta razão o assalariado agrícola não é a mais camponês, pois realiza uma relação contratual na qual ele vende a sua força de trabalho por uma determinada quantia fixa em dinheiro (salário). Da mesma forma o escravo ao plantar uma parcela de terra pertencente ao seu senhor não estabelece outro tipo de relação (Feudal ou capitalista) mas esta relação contínua escravista, aumentando o sobretrabalho do escravo e dando um lucro suplementar. (MOURA, 1994, p. 28)

Como já levantamos, transformar o trabalhador escravizado em trabalhador livre, era concede-lo terra ou torna-lo assalariado. A questão é que todo trabalho que não escravo é tratado como trabalho livre, e a abrangência que isso pode ter não contribui muito para caracterização da relação de trabalho. Essa confusão perante a utilização do termo *camponês*, para se referir ao modo de produção feudal é que pode também gerar confusão perante a caracterização da relação de trabalho. Todo servo, como trabalhador do campo, é camponês, mas nem todo camponês é servo. Como por exemplo os camponeses imigrantes de origem europeia, que lhe foram concedidas oportunidades para adquirir propriedades de terras.

Da reflexão que se tem de Sodré (1962) e Moura (1994) o camponês pode ser visto como trabalhador livre se tiver propriedade de terra, pequena ou grande, mesmo que na condição pobreza, também estará em contradição com classe dominante, porém sob outra condição.

Mas se ele cessa seu trabalho para ganhos dos senhores, ainda tem seu pedaço de terra para subsistir, ao contrário do servo, que precisa fornecer seu trabalho constantemente para poder subsistir, que podem lhe ser concedido parte da propriedade para uso próprio, mas juridicamente não lhe pertence, e se não trabalhas para benefício do senhor, pode perder a concessão ou coisa pior. Outro caso, pode ocorrer de ter uma mínima propriedade de terra, mas insuficiente para necessidades de subsistência, necessitando trabalhar na terra dos senhores, em benefício do mesmo.

As relações de trabalho modificavam-se gradativamente, antes da abolição, mas a propriedade em si sobre o escravizado se tornará ilegal, após a lei áurea, porém nada impede que a repressão e imposição continue em vastas áreas, longe dos olhos do estado, por isso, não impediria a continuação da condição de escravo.

Se tiramos o caráter jurídico da escravidão, e pensamos no caráter compulsório do trabalhador recém “liberto” e a perpetuação da escravidão sem fiscalização, poderíamos caracteriza-los ainda como escravos. Mas em tal caso, teria de cumprir outra condição, não mais juridicamente assegurada pelo estado, mas de forma *ilegal* a qual é obrigado fisicamente, as vezes psicologicamente, a manter em tais circunstâncias, como por exemplo, ameaça de morte, agressão e prisão forçada. Ou seja, mais grave ainda e que infelizmente é comumente verificada nos dias atuais, como veremos ao final do trabalho.

A *servidão*, nesse caso, pelo contrário é obrigação compulsória socialmente formada, onde o trabalhador ainda é preso ou dependente do principal meio de produção que lhe é negado, no caso a terra, sendo assim, não é escravo e nem assalariado. Veja, todos que não detém a propriedade dos meios de produção, são obrigados a trabalhar por necessidade, inclusive no capitalismo, mas nesse caso deveria no mínimo ser trabalhador assalariado e não ser explorado por formas pré-capitalistas, e ainda sim a outras questões a se considerar.

O trabalhador do campo se encontra sem alternativas perante a dificuldades relativas à mobilidade social. A vida urbana propagandeada em algumas épocas não se torna uma delas, onde a marginalização e desemprego é iminente, sendo tão difícil quanto, conseguir moradia e alimentação, para sustento individual ou familiar, além das distâncias geográficas e condições materiais para tal migração, que nem todos detém, pela sua própria condição de explorado. Essa relação inclusive pode ajudar a compreender o surgimento e o crescimento das periferias urbanas em diferentes épocas, não só após abolição.

6.4 SERVIDÃO DURANTE E DEPOIS DA ESCRAVIDÃO

Para compreensão definitiva da diferenciação que propomos, é necessário observar as considerações a respeito do mais-trabalho, pois essa última é onde origina as fontes de concentração de renda.

A questão da *feudalidade* inerente aos modos de produção e da *servidão* como relação de trabalho pode ampliar ainda mais os abusos. Às vezes, de difícil visualização na primeira

impressão que se analisa os casos, mas profundamente podem ser verificados a partir da exploração das formas pré-capitalistas de produção e extração de mais-trabalho. Para Figueiredo (2005), um estudioso do tema, apresenta as seguintes as formas feudais de exploração:

Marx analisa três diferentes formas de exploração de mais-trabalho do camponês pelo senhor sob o feudalismo, manifestas como distintas formas de **renda da terra**: a **renda em trabalho**, correspondente ao serviço gratuito do trabalhador ao senhor durante parte dos dias da semana, a **renda em produto**, em que o produtor entrega ao proprietário uma fração definida do que produz, e a **renda em dinheiro**, em que o produtor direto paga uma quantia fixa ao proprietário da terra.” (FIGUEIREDO, 2005, p. 03-04)

Figueiredo, ainda levanta nas características do feudalismo, a interdependência nas relações sociais, inerentes a relação de propriedade (monopólio da terra) e as formas de exploração a partir de Marx:

Está claro (...) que em todas as formas em que o trabalhador direto continua a ser ‘dono’ dos meios de produção e das condições de trabalho para a produção de seus próprios meios de subsistência, a relação de propriedade tem de aparecer, ao mesmo tempo, como relação direta de dominação e servidão, e, portanto, o produtor direto como alguém não livre; essa dependência pode reduzir-se gradativamente da servidão com trabalho pessoal até a mera obrigação tributária.” (MARX, 1985, v.5, p. 251 Apud FIGUEIREDO, 2005, p. 04)

A interdependência entre os aspectos econômicos e sociais da relação entre produtor e proprietário é reiterada sinteticamente: “A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela.” (MARX, 1985, v.5, p. 251 Apud FIGUEIREDO, 2005, p. 04-05)

Assim, para Sodré (1962) na medida em que a propriedade territorial contínua intacta, haveria dois caminhos para massa escravizada, permanecer nas áreas sob regime de servidão, as vezes mantendo-se escravizado, ou marginalizar-se nas áreas urbanas e desenvolvidas, impulsionadas pela economia semicolonial de exportações agrárias, principalmente o café.

Clóvis Moura, desemboca apenas na segunda conclusão ao tratar do processo de decomposição do escravismo, centralizando sua análise nos centros desenvolvidos, por assim dizer. Quanto ao campo, recai na mesma conclusão de *marginalização*, sem as implicações claras, no que isso acarretaria.

O que conseguiu com êxito (preservar os interesses fundamentais) pois manteve incólume a estrutura da propriedade fundiária e conseguiu resolver o problema da mão-de-obra importando imigrantes e conservando os ex-escravos como massa

marginalizada, **reserva de segunda categoria do exército industrial**. (MOURA, 1994, p. 102)

A política programada para uma manobra de *branqueamento* no seu nível ideológico nada tem a ver com o favorecimento à integração das populações brasileiras compostas de negros, mulatos, mamelucos e não brancos em geral. Com essa montagem seletora a discriminatória no setor agrário, essas populações ficam nos espaços **marginais da estrutura agrária**. Ela é montada, pelo contrário, para que a corrente migratória tenha possibilidades concretas de conseguir ser proprietária no Brasil. (MOURA, 1994, p. 78)

No seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, chega-se a dissertar a respeito do trabalhador do campo, da forma a qual estamos nos referindo, nesse sentido ele irá compactuar com uma categoria de outro autor, para designar **a maioria dos trabalhadores do campo**, da segunda metade do século XIX aos dias atuais, em *moradores de condição*, ao qual sem propriedade da terra, são destinadas pequenas porções de terras, em troca de trabalhos semanais com baixo pagamento ou gratuito. (COSTA, 1965, p. 177. apud MOURA, 1994, p. 76)

Moradores de condição carece de rigor para uma caracterização completa de relação de trabalho no sentido marxista. Veja, Clóvis se aproximou muito do que estamos buscando definir, embora parecia ter uma relutância perante ao termo servidão, que é compreendida no contexto da disputa política. De toda forma, entendia a importância do monopólio da terra como mecanismo de poder que se perdurou:

Nessas economias, quer no Sudeste quer no Nordeste, com as suas diferenças regionais, a Lei de Terra de 1850 desempenhou a mesma função: impedir a plebe e as populações que estavam prestes a sair do estado de cativo, tivessem acesso à mesma. Criou os mecanismos de dependência dos sem terras que perduram até hoje. (MOURA, 1994, p. 77)

Por sua vez, Guimarães (1964), se atentará no sentido mais claro. Ao perceber intacto o monopólio feudal e colonial da terra e seu imenso poder de coerção extraeconômica, após a extinção da escravatura, poderá substituir a força de trabalho escrava por novas formas de trabalho como a *meação* e o **sistema de colonato**, a partir da lei de locação de serviços e dos contratos de *parceria*, instituída pelo senador Vergueiro, que os aplica em sua fazenda também. Consistia, ideologicamente e aparentemente num contrato benéfico para os senhores de terra e os cultivadores. Sistema que atraiu muitos imigrantes europeus, onde na realidade se deparavam com condições de extorsões e endividamento. Uma das cláusulas desse acordo permitia os senhores de terra transferir o trabalhador para outra fazenda se assim quisesse, e se não houvesse justificativa “justa” para recusar. Na realidade se caracterizava quase como uma venda, semelhante ao que eram realizados com os escravizados. Ainda complementa, o sistema

implementado na fazenda de Vergueiro e que se espalhou, não era novidade, o endividamento era verificado nos engenhos de açúcar, em relação aos *agregados* e *moradores*.

O senhor que precisasse adquirir tal ou qual morador de outro lugar pagava as dívidas por aquele contraídas ao dono da propriedade, transferindo-se para o seu engenho, como morador subordinado. Tal prática, muito freqüente, se enquadrava no tipo de **servidão por dívida**, um velho costume medieval. (GUIMARÃES, 1964, p. 88)

Guimarães (1964) ainda completa que o processo da extinção da escravidão, surge a *parceria*, tipo de contrato de trabalho que aparece como alternativa de uma solução para classe dominante manter seu poder, que por sua vez não pode ser identificada como o trabalho livre, pois eram formas que antecederiam o do tipo assalariado.

Esse é o caráter que o presente trabalho pretende ressaltar a partir de Sodré (1962) fundamentalmente, de dependência do trabalhador do campo em que o escravizado se encontra após abolição no quadro intacto da propriedade fundiária, se misturando muitas vezes com outras relações de difícil análise em primeiro momento, mas não impossíveis, como veremos no caso dos assalariados do café mais a frente.

Sodré (1962) diversas vezes levanta a questão do anacronismo da escravidão levando a sua destruição, mas não no mesmo tempo em todas regiões, há diversificação dos processos. Em algumas áreas não é possível a transição para o trabalho livre, e sim abre caminho para a servidão. É necessário distinguir as diferenças das transformações, que leva a grandes desigualdades regionais, e sem isso não é possível compreender a extinção do trabalho escravo.

A depender da situação, a relação de trabalho pode ser vista como uma ou outra dessas já levantadas, as dimensões e dificuldades de tal caracterização pode ser mais profundas ainda, misturando-se as vezes, necessitando debruçar-se sobre os detalhes.

Nas próprias áreas do Sudeste, em que se insere o trabalho do colono e se propaga o avançado trabalho “livre”, como na produção do café, está também, não estava isento da perpetuação das formas de trabalho e expropriação do excedente do tipo feudal.

Essas formas de exploração as vezes se fundem com o assalariado e também, além de outras regiões que permeiam esse tipo de exploração já no desenvolvimento do capitalismo, como apontado por Carlos Marighela em seu estudo “*Alguns aspectos da renda da Terra no Brasil*”, de 1958, ao qual disserta sobre as diversas formas de exploração pré-capitalistas.

Ao dissertar sobre a renda da terra na produção cafeeira, nos mostra que uma das fontes de riqueza do fazendeiro (Senhores proprietários de terras) reside na apropriação do *trabalho suplementar* do colono. O colono que trabalha nos terra dos senhores, não possui nenhuma

propriedade. Eventualmente, lhe é concedida uma pequena parte do espaço para *trabalhar pra si*, mas ainda nas terras do senhor, demonstrando sua dependência, sendo obrigado a trabalhar pra ter o direito de plantar. A renda-trabalho era apropriada de forma mais nítida, quando o colono trabalhava sem pagamento alguns dias para manutenção da fazenda: *consertando estradas e cercas, limpando pastos, extinguindo incêndios*. Ainda continua, não só era expropriada a renda-trabalho. Ao produzir pra si no espaço que lhe foi concedido para trabalho, o colono era obrigado a vender para o seu senhor, que por sua vez pagava abaixo do valor do produto suplementar, se apropriando da renda-produto. Outra forma de exploração acarretada ao colono, se verificava no emprego de multas atreladas a um contrato pré-concebido, ao qual não obtenho outro meio como fonte de renda e sem poder se desvencilhar, o colono pagava com trabalho. (MARIGHELA, 1958)

O próprio Darcy Ribeiro (1995) como antropólogo, não pode fugir da caracterização da servidão. Também relata condição semelhante, no final do século XIX, na produção de borracha nas seringueiras amazônicas, cujo auge se dará por volta de 1872, decorrente do aumento da demanda e do preço do produto no mercado internacional, ocasionados pelos avanços industriais. A questão da mão de obra aviltada para tal, será retirada do pastoril nordestino já em decadência, cuja região acumulava “*mais de 100 mil mortes, e castigado por um sistema latifundiário primitivo e terrivelmente espoliativo.*” (RIBEIRO, 2014, p. 257). Foram transferidos cerca de meio milhão ao trabalho com instrumentos rudimentares de coleta e munidos de armamento para possíveis conflitos com indígenas. O endividamento era certo, seja para alimentação, remédio ou roupas, itens básicos de subsistência adquiridos pelos únicos meios, os *barracões* de mercadoria dos senhores. “*Difícilmente um seringueiro consegue saldar essa conta que, habilmente manipulada, o mantém em regime de servidão virtual enquanto possa resistir às terríveis condições de vida a que é submetido.*” (RIBEIRO, 2014, p. 257, grifo meu)

Nesse caso embora, a propriedade latifundiária da terra não é o determinante na extração do produto, embora a mão de obra utilizada provém de uma área cujo problemas é exatamente esse, que o faz obrigado a trabalhar nessas condições servis degradantes.

No quadro geral na segunda metade do século XIX, enquanto o declínio do açúcar e do algodão afetam o Nordeste, não obtendo importância relativa na balança comercial, a atenção se volta ao sul, que vai se condicionando para transição de relações capitalistas, diferente das zonas nordestinas prevalecendo relações semifeudais. Configurando assim uma grande

desigualdade histórica entre as regiões, cuja a seca serve apenas para “*colorir e dramatizar*” a realidade que é o definhamento da economia nordestina. (SODRÉ, 1962, p. 267)

Quanto a expressão dessa estrutura produtiva nas classes dominantes, gera um poderio econômico político secular, integrado a uma economia semicolonial, com interesses objetivos quando se trata principalmente da propriedade da terra e na exportação de mercadorias. Assim a feudalidade inerente aos modos de produção teve suas expressões na superestrutura política, jurídica e econômica presente em vários momentos, algumas relatadas pelo historiador:

[...] as lutas de famílias, o direito exercido pelos proprietários de terras sobre o destino dos moradores, as formas patológicas que proliferaram em disfarces como o banditismo endêmico, da arregimentação das forças paramilitares nas grandes fazendas, dos currais eleitorais que constituíram o fundo de pano das “políticas dos governadores, do fanatismo religioso e das manifestações de rebeldia a que deu lugar, como heréticas. **Tudo denunciando um feudalismo não codificado, mas expresso na renda de forma clara, inclusive nas relações de trabalho que lhe davam expressão.** [...] A existência das oligarquias provinciais estaduais, controladoras do poder político, alicerçava-se nessa forma particular de relação feudal que foi sempre presente: **o monopólio da terra** (SODRÉ, 1980, p. 147 grifo meu)

Agora a expressão da superestrutura feudal em Marx, apresentada por Figueiredo:

As relações sociais feudais são articuladas em torno da propriedade da terra. Por exemplo: “no tempo feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da **propriedade fundiária.**” (MARX, 1985, v.1, p. 264, apud FIGUEIREDO, 2005, p. 03)

Essa forma de poderio extraeconômico, que provêm do monopólio feudal da terra, estende sua coerção não apenas sob seus, *moradores, agregados, meeiros, colonos, camaradas* e até *assalariados*, mas a milhões de trabalhadores, a margem de qualquer garantia jurídica e a mercê do arbitrariedade dos senhores de terra, que determinarão as condições de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, o que pode e o que não pode produzir nas lavouras, os preços dos produtos, tempo de trabalho e os trabalhos gratuitos impostos. (GUIMARÃES, 1994)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir este estudo com um modo de produção feudal completo nunca foi o objetivo da pesquisa uma vez que o modo de produção nunca se encontra em forma pura na perspectiva adotada por Antunes (2020) e por compreender que em uma mesma sociedade e formação histórica possa coexistir modos de produção de composições históricas diferentes expostos a partir da concepção de Sodré (1962;1980).

A feudalidade ao qual se refere não pretende utilizar o paradigma feudal único do ocidente. De forma algum isso é possível para Sodré aonde somente o extremado cuidado na passagem do universal ao particular, ou do geral para o particular, pode atenuar o uso dos mesmos conceitos para realidades diferentes, assim para a investigação utilizou-se as formas mais adequadas de exploração de mais-trabalho na perspectiva de Figueiredo (2005) e nas relações de produção estruturadas na dependência pessoal do trabalhador e no latifúndio a partir de Moraes (2006) e Sodré (1962).

Compreendeu-se a partir de Sodré (1962) que o capitalismo não chegou a partir da invasão colonialista, mas se buscou fazer uma análise dos modos de produção do período afim de identificar a feudalidade existente na formação histórica brasileira.

No primeiro momento com maior evidência no latifúndio nordestino com a renda-produto e dependência do trabalhador desprovido das propriedades dos meios de produção, mas também no emprego do mais-trabalho e mais-produto realizado pelos missionários tanto no norte quanto na área vicentina. Por sua vez, com maior expressividade foi identificada na desintegração do escravismo relações de trabalho não assalariadas, configuradas do tipo servis como: nos agregados e moradores de condição, no sistema de barracão, servidão por dívida (colonos, engenhos, produção borracha), sistema de meação, sistema de parceria, sistema do colonato e além disso, nos próprios assalariados dos cafezais se verificou explorações do tipo feudal. Assim acredito que tenha caminhado para melhor compreensão da problemática de trabalho aviltados no campo e para sua melhor compreensão.

Mesmo nas áreas sulinas e auríferas ao qual no primeiro momento não se encontra com clareza características feudais dos modos de produção. É importante considera-los para melhor compreensão do conjunto da formação econômica do período, a expansão do ouro dinamiza e impulsiona o mercado interno, interferindo vastas áreas inclusive no pastoreio sulino, e contribuí para conformação do capitalismo Inglês, que por sua vez seu desenvolvimento retroage na economia colonial brasileira, pressionando pelo fim do monopólio comercial e

tráfico escravista, após seu declínio a exportação de café substitui como empreendimento exportador, mesmo com a advento da “independência” colonial política, com a transferência da coroa portuguesa, a estrutura produtiva colonial de exportação foi dada continuidade.

De toda forma, necessita-se de um aprofundamento após declínio aurífero, da sua desintegração em economias de subsistência e seus possíveis conflitos com a expansão latifundiária. O mesmo em relação a região sul, se aprofundar nos estudos de cada região só vem a fortalecer o entendimento do todo da formação econômica e da relação com as outras regiões.

A confirmação do capitalismo comercial ou se sustenta na circulação para compreender o modo de produção, afirmando capitalismo, negligenciando grande parte das relações apresentada. Se é pré-concebido o predomínio capitalista, por que analisar os modos de produção? Dessa forma, na medida que se verifica a ausências de relações não capitalistas o complexo de conceitos e categoria não são os mesmos, pois o capitalismo é uma relação e o salário é a forma normal de compra da força de trabalho, assim com apresenta Sodré (1980).

De toda forma é importante compreender relação no contexto internacional, uma constante demanda encontrando respaldo na disponibilidade da terra apropriada pela classe dominante e trabalhador despojado dos meios de produção mínimos, além do fluxo desacumulado causada na economia de estrutura colonial.

Espero que essa pesquisa incentive outros autores a continuar a construção da identificação dos modos de produção na perspectiva marxista. Estudos que entram em detalhes para cada região, só vem a contribuir com a diversidade que essas estruturas produtivas desempenharam.

Dada a problemática inicial apresentada e as relações e características da feudalidade identificadas no estudo, acredito que se possa ajudar na melhoria da compreensão do quadro teórico-conceitual que se encontra para as explicações do movimento das estruturas produtivas a da concentração fundiária, dos trabalhadores em condição de servidão e escravidão verificadas na produção dos campos de cultivo agrícola, e sua relação com os interesses externos dos importadores dado o tipo de estrutura produtiva, originariamente colonial.

Além disso é de devida importância resgatar os estudos de Sodré pois ele visualiza a algum tempo de forma dialética, sistemática, científica e com respaldo Marxista, questões muito pertinentes a respeito da formação histórica do Brasil. A negligência de seus estudos, principalmente os relativos a feudalidades dos modos de produção não são suficientes para devido apagamento.

É importante assim a desmitificação do feudalismo se despreendendo das características do ocidentalismo europeu e assim compreender as características feudais na inserção da formação dos modos de produção para melhor ajudar no entendimento da dimensão da nossa história e da nossa estrutura produtiva.

A problemática em que os trabalhadores do campo e enfrentam a questão da concentração fundiária e de classes hoje no Brasil estão na linha de frente das tensões de classe, impossibilitando cada vez mais qualquer reforma para resolução. A classe dominante continuará a garantir seus rendimentos a partir da renda da terra e da exploração mais aviltada possível, ultrapassando os limites do capitalismo. Além do mais, o mínimo de consideração que seria a reforma agrária ou a homologação de terras, foi negligenciado pelos governantes considerado mais progressistas e quando chegou próximo a efetivação mínima, desembocou na ditadura militar, justamente no período onde a consciência de classe e do entendimento dessa problemática estava em ascensão nos movimentos, onde fora lançado as obras de Sodré (1962) e Guimarães (1964) que acusam claramente essa problemática no Brasil.

Na medida que a consciência do proletariado avança para compreender a estrutura econômica e suas problemáticas e da importância da união com os camponeses para eliminar as forças produtivas retrogradadas, poderá assim avançar para desenvolvimento com um todo da sociedade brasileira.

Assim finaliza-se essa pesquisa, aspirando contribuir para futuros estudos da histórica de ordem sociológica e sociopolítica da formação econômica do nosso país, e que ajude a construir grandes processos de mudanças na forma de compreensão das transformações das estruturas de produção e das relações de trabalho a elas vinculadas. Nesse sentido a seguinte pesquisa alcançou o objetivo de identificar características feudais presentes nos modos de produção da formação econômica do Brasil no período considerado e destacado sua devida importância no entendimento do processo histórico-estrutural.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, Ivan. Meu amigo Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 31-45.
- ANTUNES, Paulo Fernando Rocha Antunes. Marx, Engels e a Conce o de Modo(s) de Produ o: Uma Resposta ao “Paradoxo no Centro da Teoria Marxista”. **Problemata: R. Intern.** Fil. V. 11. n. 1, p. 160-182, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/48454/30338>. Acesso em: 25 de mar. 2021.
- COSTA, Octavio. Vida e Obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 17-30.
- CUNHA, Paulo R. **Nelson Werneck Sodré: uma obra militante**. Marxismo21, São Paulo. Publicado em 15 de setembro de 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/NWS-PC.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2021.
- CUNHA, Paulo R. Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 85-102.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. **Retomando uma velha pol mica: modos de produ o na história do Brasil**. Campinas: Unicamp/CEMARX, 2005. Disponível em: <https://www.unicamp.br/ce marx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m3c4.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.
- KONDER, Leandro. Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 53-58.
- LENIN, V.I. **Teses Acerca do Movimento Revolucionário nos Países Colonias e Semi-Coloniais**. Adoptadas pelo Sexto Congresso do Comintern, projetado e introduzido por Kuusinen. Extractos, 1 de Setembro de 1928, Protokoll, vi, 4, p. 154. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm#topp. Acesso em: 17 de set. 2020.
- MARIGHELLA, Carlos. **Alguns Aspectos Sobre a Renda da Terra no Brasil**, Revista Estudos Sociais, maio-junho de 1958. Transcri o abril 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- MARX, Karl. **Contribui o   Crítica da Economia Política**. Tradu o de Florestan Fernandes - 2  ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAO, Tse Tung. Teses Sobre a Nova Democracia. **Problema – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 20, ago-set de 1949. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>. Acesso em: 28 de abr. 2021.

MORAES, João Quartim de. Sodré Caio Prado e a luta pela terra. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 151-164.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**, São Paulo: Editora Anita, 1994.

OXFAM. **Terrenos da Desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**, 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terraagricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>. Acesso em 13 abr. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de Produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Coord.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**, Petrópolis: Vozes, 1980. p. 133-156.

SOUZA, Jaílson de. Latifúndio e servidão: irmãos siameses. **A Nova Democracia**, nº 233 - 2ª quinzena de junho e 1ª de julho de 2020. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-233/13664-latifundio-e-servidao-irmaos-siameses>. Acesso em: 30 mar. 2021.